

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CEDEPLAR – Programa de Pós-Graduação em Demografia

Camila da Cunha Souza do Amaral

**MULHERES COMO PRINCIPAIS PROVEDORAS NA RENDA DO CASAL:
Uma análise do perfil sociodemográfico**

Belo Horizonte, MG

2021

Camila da Cunha Souza do Amaral

MULHERES COMO PRINCIPAIS PROVEDORAS NA RENDA DO CASAL:

Uma análise do perfil sociodemográfico

Versão Final

Dissertação apresenta ao curso de Mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Demografia.

Orientadora: Simone Wajnman

Coorientadora: Ana Paula de Andrade Verona

Belo Horizonte

2021

Ficha catalográfica

A485m
2021 Amaral, Camila da Cunha Souza do.
Mulheres como principais provedoras na renda do casal
[manuscrito] : uma análise do perfil sociodemográfico / Camila da
Cunha Souza do Amaral. – 2021.
82 f.: il. e tabs.

Orientadora: Simone Wajnman.
Coorientadora: Ana Paula de Andrade Verona.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 69-74) e anexos.

1. Mulheres chefes de família – Teses. 2. Orçamento familiar
– Teses. 3. Relações de gênero – Teses. I. Wajnman, Simone. II.
Verona, Ana Paula de Andrade. III. Universidade Federal de
Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento
Regional. IV. Título.

CDD: 362.83



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **CAMILA DA CUNHA SOUZA DO AMARAL** Nº. REGISTRO 2019650732.

Às dezesseis horas do dia treze do mês de setembro de dois mil e vinte e um, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de DISSERTAÇÃO, indicada “*ad referendum*” pelo Colegiado do Curso em 06/09/2021, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “**MULHERES COMO PRINCIPAIS PROVIDORAS NA RENDA DO CASAL: Uma análise do perfil sociodemográfico**”, requisito final para a obtenção do Grau de *Mestre em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Simone Wajnman, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Simone Wajnman, Ana Paula de Andrade Verona, Luciana Soares Luz do Amaral e Izabel Guimarães Marri se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão **APROVOU** a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.

Profa. Simone Wajnman (Orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Ana Paula de Andrade Verona (Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Luciana Soares Luz do Amaral (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Izabel Guimarães Marri (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)

PROFA. LAURA LÍDIA RODRÍGUEZ WONG
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Demografia



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Soares Luz do Amaral, Professora do Magistério Superior**, em 14/09/2021, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Andrade Verona, Professora do Magistério Superior**, em 15/09/2021, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Guimaraes Marri, Usuário Externo**, em 16/09/2021, às 22:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Wajnman, Professora do Magistério Superior**, em 17/09/2021, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laura Lidia Rodriguez Wong, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 17/09/2021, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0948403** e o código CRC **421C43E5**.

*"É fazendo que se aprende a fazer aquilo
que se deve aprender a fazer."*

Aristóteles

AGRADECIMENTOS

Foram meses difíceis até chegar aqui. Não apenas pelo caminho árduo de quem busca traçar uma trajetória acadêmica, mas por ter, e estar vivenciando uma realidade cruel de ser assistida. Dedicar o tempo para algo além dos noticiários, por vezes, parecia vazio. E por isso não posso - nem consigo - escrever uma dedicatória que não inclua todos que se foram e aqueles que continuam, mesmo com perdas irreparáveis. À eles, sinto muito.

O processo da escrita é naturalmente solitário. Lidar com essa solidão, no período mais desamparado e isolado que já vivemos, não foi fácil. Mas pude sentir o colo de todos aqueles que amo, mesmo à distância. Por isso, esse trabalho foi fruto de muita paciência e atenção recebida das minhas orientadora, Simone Wajnman e coorientadora, Ana Paula Verona. De compreensão e apoio dos meus colegas de trabalho da Sedese, em especial a Dapep. Dos meus amigos, que me provaram que amizade supera a perda da convivência e de conversas diárias. Amigos grandiosos, que me ofereceram o ombro sempre quando precisei, apesar das minhas ausências constantes. Dos meus colegas do Cedeplar, dividindo ansiedades, inseguranças e nunca negando amparo. Agradeço à todos aqueles que valorizam a ciência e a pesquisa. Agradeço a minha mãe, especialmente, que sempre me ofereceu tudo de necessário para acalmar meu coração. À ela dedico todas as minhas conquistas.

E, por fim, agradeço a este trabalho, que foi mais que uma dissertação. Foi meu companheiro. Aquele capaz de me retirar, mesmo que por algumas horas, da angústia que passamos por esses últimos anos.

Após conseguir concluir essa etapa, que será marcada por um turbilhão de sentimentos, o maior deles é fôlego. Finalizo meu mestrado tomando o raro respiro de alegria. Foram momentos engrandecedores no Cedeplar. Sou grata e honrada em ter sido aluna de grandes mestres da demografia e colega de futuros profissionais inflados de capacidade, ética, respeito, cidadania e humanidade.

RESUMO

A forma como diversas questões como escolaridade, tipo de união, fecundidade, raça, renda, igualdade de gênero e demais fatores se interagem e influenciam na divisão sexual do trabalho é ampla. As mudanças ocorridas nas especializações familiares são questões importantes de se compreender para formulação de políticas públicas, tendo em vista discussões e debates acerca de casamentos, relações e igualdades entre gêneros e seus benefícios sociais e econômicos. A importância de se observar o papel da mulher na formação dos rendimentos familiares, a partir de mudanças recentes, principalmente quando a figura feminina obtém rendas no mercado de trabalho superiores aos de seus cônjuges, tem se mostrado cada vez maior. Assim, este trabalho busca discutir as características demográficas e socioocupacionais que estão correlacionadas com a probabilidade de que a mulher seja a provedora financeira e observar se, nestes casos, há de fato uma reversão dos padrões tradicionais de gênero, tanto no que se refere ao trabalho remunerado, quanto ao trabalho doméstico. Ou se, alternativamente, as mulheres estão apenas acumulando as responsabilidades dos trabalhos remunerado e não remunerado, além de não estarem em posições valorizadas socialmente e financeiramente no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulheres provedoras. Renda o do casal. Relações de gênero.

ABSTRACT

The way in which various issues as education, kind of union, fertility, race, income, gender equality and other factors interact and influence the sexual division of labor is wide. The changes that have taken place in family specializations are important issues to understand for the formulation of public policies, bearing in mind discussions and debates about marriages, gender relations and equality and their social and economic benefits. The importance of observing the role of women on family income from recent changes, especially when the women outearning their husbands has shown to be increasing. Thus, this paper seeks to discuss the demographic and socio-occupational characteristics that are correlated with the probability of the women outearning their husbands and observe whether, in these cases, there is in fact a reversal of traditional gender roles, with earns, working conditions and domestic work. Or if, alternatively, women are just accumulating paid work and domestic responsibilities, in addition to not being in socially and financially valued positions in the labor market.

Keywords: Women outearn. Couple's earn. Gender relations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 - População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividades. Brasil, 2019 | 22 |
| Figura 2 - Porcentagem de famílias com dois salários em que as esposas ganham mais do que os maridos – Canadá 1976 a 2008 | 29 |
| Figura 3- Razão entre horas de trabalho não remunerado (afazeres domésticos) e horas de trabalho remunerado (no mercado) (2001-2015) | 30 |
| Figura 4 - Taxas de atividades específicas femininas no Brasil (1980 - 2010)..... | 35 |
| Figura 5 - Distribuição etária das mulheres da amostra | 43 |
| Figura 6- Proporção da renda feminina sobre a renda do casal..... | 44 |
| Figura 7 - Renda de todos os trabalhos da mulher de acordo com sua participação relativa na renda do casal, entre as mulheres não provedoras..... | 47 |
| Figura 8 - Renda de todos os trabalhos da mulher de acordo com a participação relativa da sua renda na renda do casal – Mulheres provedoras..... | 48 |
| Figura 9 - Proporção de horas trabalhadas não remuneradas da mulher em relação às horas totais de trabalho não remunerado do casal, de acordo com a sua participação relativa..... | 51 |
| Figura 10 - Diferença de anos de estudo da mulher em relação aos anos de estudo de seu cônjuge, em cada nível de provisão..... | 56 |
| Figura 11 - Relação da renda de todos os trabalhos do cônjuge e da participação relativa da renda da mulher na renda do casal..... | 59 |
| | |
| Tabela 1 - Recorte da amostra a partir dos critérios de seleção | 37 |
| Tabela 2 - Distribuição das mulheres por participação relativa na renda do casal..... | 38 |
| Tabela 3 – Características e distribuição das mulheres por variáveis selecionadas, segundo categorias de participação na renda do casal..... | 41 |
| Tabela 4 - Categorização das mulheres de acordo com as categorias de participação na renda do casal | 46 |
| Tabela 5 - Distribuição das mulheres por raça | 48 |
| Tabela 6 - Distribuição das mulheres por raça em cada categoria de participação na renda do casal .. | 49 |
| Tabela 7 - Distribuição das mulheres por região..... | 49 |
| Tabela 8 - Distribuição das mulheres em cada em cada categoria de participação na renda do casal por região brasileira de residência..... | 49 |
| Tabela 9 - Proporção média de horas não remuneradas da mulher nas horas não remuneradas total do casal de acordo com cada categoria de participação na renda do casal..... | 50 |
| Tabela 10 - Distribuição das mulheres sem ou com filhos entre as idade de 0 a 5 anos, 6 a 14 e com 15 anos ou mais..... | 52 |
| Tabela 11 - Distribuição de mulheres por presença de filhos ou não, em cada categoria de participação na renda do casal | 52 |
| Tabela 12 - Proporção de mulheres da amostra por escolaridade | 53 |
| Tabela 13 - Distribuição das mulheres por escolaridade, em cada categoria..... | 53 |

| | |
|---|----|
| Tabela 14 - Idade média feminina em cada categoria de participação na renda do casal | 54 |
| Tabela 15 - Distribuição das mulheres por escolaridade..... | 54 |
| Tabela 16 - Distribuição de mulheres por diferença de anos de estudo em relação ao cônjuge, em cada categoria de participação na renda do casal | 55 |
| Tabela 17 - Diferença média entre a idade da mulher e do seu respectivo cônjuge, em cada categoria de participação na renda do casal | 56 |
| Tabela 18 - Distribuição das mulheres por posição da ocupação no mercado de trabalho | 57 |
| Tabela 19 - Distribuição de mulheres por posição da ocupação no mercado de trabalho ao cônjuge, em cada categoria de participação na renda do casal | 58 |
| Tabela 20 - Distribuição de mulheres quintil de renda masculina (do cônjuge), em cada categoria de participação na renda do casal..... | 59 |
| Tabela 21 - Distribuição da amostra por categorias definidas para o modelo logístico multinomial . | 60 |
| Tabela 22 - Relative risk ratios (RRR) - Risco relativo | 64 |
| Tabela 23 - Média salarial das mulheres e dos cônjuges em cada categoria..... | 65 |
| Tabela 24 - Renda mediana das mulheres e dos cônjuges em cada categoria..... | 65 |
| | |
| Anexo 1 - Resultado do modelo Logístico multinomial – Brasil 2019..... | 75 |
| Anexo 2 - Resultado do risco relativo modelo Logístico multinomial - RR– Brasil 2019 | 79 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. REVISÃO TEÓRICA | 12 |
| 2.1. Um debate sobre gênero | 12 |
| 2.1.1. Vertentes feministas | 14 |
| 2.1.2. O papel feminino ao longo do tempo | 16 |
| 2.2. Divisão sexual do trabalho | 19 |
| 2.2.2. Transformações na dinâmica da divisão | 22 |
| 2.3. Modelos da divisão sexual de tarefas | 24 |
| 3. EVIDÊNCIAS DE MUDANÇAS NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO | 27 |
| 3.1. Cenário Internacional | 27 |
| 3.2. Cenário brasileiro | 30 |
| 4. HIPÓTESES | 31 |
| 4.1. Dedicção ao trabalho não remunerado em relação ao cônjuge | 31 |
| 4.2. Condição financeira do cônjuge | 32 |
| 4.3. Nível educacional | 32 |
| 4.4. Idade das mulheres | 33 |
| 5. DADOS E METODOLÓGIA | 33 |
| 5.1. Banco de dados | 33 |
| 5.2. Metodologia | 36 |
| 5.3. Modelo Logístico Multinomial | 38 |
| 6. RESULTADOS | 40 |
| 6.1. Análise Descritiva | 43 |
| 6.2. Modelo Multinomial | 60 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 66 |
| 8. BIBLIOGRAFIA SELECIONADA | 69 |

1. INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho tem sido objeto de diversas análises, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. O termo refere à maneira como o trabalho se divide socialmente entre homens e mulheres, geralmente destacando as desigualdades de gênero que surgem dessa divisão. A história do século XIX revela que, na sociedade de modo geral, havia uma clara divisão entre domínio público e privado. A esfera pública pertencia aos homens, que desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, e na esfera privada se encontravam as mulheres, uma vez que suas responsabilidades eram o cuidado do lar e demais tarefas domésticas, que funcionava como atividade de contrapartida, dado o sustento financeiro do marido. Desta forma, por um período considerável, as atribuições sociais condicionavam as mulheres a permanecerem no espaço privado, e por outro lado, delegavam aos homens, como "destino natural", o espaço público (SOUSA E GUEDES, 2016).

Contudo, o contexto atual sofreu, e tem sofrido, muitas modificações. As mudanças demográficas reduziram os ganhos da especialização das famílias e o padrão das vantagens comparativas de gênero no trabalho de mercado e em âmbito doméstico, desde o início dos anos 80 (BUDIG E LIM, 2016). Destaca-se a entrada feminina no mercado de trabalho remunerado, principalmente desde a década de 1960 e 70, o relevante aumento da participação das mulheres na responsabilidade econômico-financeira das famílias, e um discreto aumento no envolvimento masculino na esfera privada do lar e da família (GOLDSCHIEDER, 2015).

A literatura nos traz indicação de que o padrão “tradicional” dos casais, sendo o homem o principal provedor da renda familiar, tem dado espaço a um modelo em que as mulheres não só contribuem com parte significativa do orçamento familiar, como também, em muitos casos, são as principais provedoras, tendo sua participação relativa na renda do casal maior que 50% (MOORE, 1990; WINKLER, 1998, WINKLER, MCBRIDE; ANDREWS, 2005; WAJNMAN, 2006; MARRI, WAJNMAN, 2007). Essa mudança é observada pelo mundo e também no Brasil, conforme resultados apresentados por alguns estudos (US BUREAU OF STATISTICS, 2005 apud MARRI, WAJNMAN, 2007; CROMPTON; GERAM, 1995; CANSIM, 2010; BARBOSA, 2018).

Além disso, em gerações passadas, a divisão sexual, cujas tarefas domésticas recaíam

principalmente às mulheres, favorecia a atuação dos homens no mercado remunerado. Contudo, alguns estudos demonstraram que, nas gerações recentes, as mulheres responsáveis pela renda familiar recebem um prêmio salarial no casamento (BUDIG E LIM, 2016). Esse cenário pode ser justificado, em parte, pelo aumento da participação das mulheres no trabalho remunerado e o envolvimento, ainda que pequeno, dos homens nas responsabilidades familiares (BREWSTER E PADAVIC, 2000). Mas não apenas isso, diversos outros fatores se relacionam influenciando a divisão sexual do trabalho. Tanto a escolaridade, quanto idade, tipo de união, fecundidade, raça, renda, dentre outros, vão influenciar a especialização familiar e como as atribuições serão compartilhadas entre os cônjuges (MOORE, 1990; WINKLER, 1998; MARRI, WAJNMAN, 2007).

No entanto, vale destacar que, ainda que se observe uma mudança do cenário tradicional na divisão sexual do trabalho, não há evidências de que os homens estejam tomando para si a responsabilidade principal do trabalho doméstico (MARRI, WAJNMAN, 2007). As mulheres ainda realizam a maior parte dessas tarefas. Essa realidade é trazida por Esping-Andersen (2009) na sua visão de revolução inacabada das mulheres, devido ao atraso ou demora das mudanças na esfera privada. Em complemento, Goldscheider, Bernhardt e Lappegard (2015) destacam que a inserção do homem na esfera privada leva mais tempo para ser alcançada, ao comparar com as mudanças observadas na esfera pública, devido à entrada das mulheres nesse campo. Isso porque, apesar dos homens terem tido pouca experiência com o âmbito doméstico, as mulheres, em grande parte, já trabalhavam antes do casamento e houve um longo tempo de “preparação” feminina no mercado de trabalho, com o aumento de escolaridade e a conciliação do trabalho doméstico não remunerado e o trabalho remunerado, pelas mulheres.

Scott (1995) ressalta que, essa condição tradicional na divisão sexual do trabalho é decorrente de construções sociais, e não uma condição natural; portanto ela pode ser modificada (SCOTT, 1995). Neste sentido, é possível que essa mudança ainda esteja caminhando em direção à relações mais igualitárias. Neste sentido, estudar a divisão sexual do trabalho tem sua importância para a compreensão, não apenas a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho remunerado, como as variações na distribuição no tempo e no espaço, analisando como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (HIRATA E KERGOAT, 2007). A partir das recentes mudanças, tem sido cada vez mais relevante observar o papel da mulher na formação dos rendimentos familiares. Essa relevância se dá principalmente quando a figura feminina obtém rendas no mercado de trabalho superiores

aos de seus cônjuges.

Usando dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios Continua– PNAD Contínua, do IBGE, para o ano de 2019, este trabalho buscou examinar como as mulheres provedoras, sendo aquelas que contribuem com mais da metade da renda do casal, se diferem das mulheres não provedoras em termos das características sociodemográficas, ocupacionais e responsabilização pelo trabalho doméstico.

Para isso, buscou-se discutir as características demográficas e socioocupacionais que estão correlacionadas com a probabilidade de que a mulher seja a provedora financeira. Buscou-se investigar as diferenças das características entre as mulheres provedoras e não provedoras e observar se, nos casos em que a mulher contribui com a maior parte da renda do casal, há de fato uma reversão dos padrões tradicionais de gênero, como divisão dos afazeres domésticos menos desiguais entre os parceiros, e uma valorização das mulheres no mercado de trabalho.

A partir dos resultados encontrados pôde-se perceber que, apesar de haver uma menor desigualdade na divisão de trabalho doméstico entre as provedoras e seus cônjuges, além de uma melhor posição no mercado de trabalho dessas mulheres em relação às demais, o abismo entre classes e raças entre as mulheres pode estar aumentando. Em geral, brancas e residentes das regiões sul e sudeste, elas podem estar terceirizando os afazeres às outras mais vulneráveis, o que permite que uma pequena parcela de mulheres consiga se dedicar à carreira profissional e aos estudos, melhorando a renda, tanto em relação às demais mulheres, quanto em relação aos seus respectivos parceiros.

2. REVISÃO TEÓRICA

Observa-se as desigualdades entre homens e mulheres persistindo em diversos aspectos na sociedade, seja na vida política, social, econômica, doméstica e no mercado de trabalho. Essas relações de inequidade entre sexos são resultadas da dinâmica social existente a partir das relações de gênero (ARAÚJO, 2005).

Portanto, para falarmos sobre questões relativas à gêneros é de extrema importância explicar alguns conceitos e as relações de poder existente no sistema de gênero, que será tratado neste capítulo.

2.1. Um debate sobre gênero

O conceito de gênero foi elaborado em um cenário de teorias sociais sobre “diferenças sexuais”. E o debate que tange a diferença entre os sexos desenvolveu-se principalmente entre duas perspectivas: a essencialista e a culturalista. O primeiro, na vertente essencialista, exalta a “diferença sexual” e considera a existência de uma “essência feminina”, aprisionando a feminilidade em modelos estruturados (mulher como mãe e esposa). Essa visão acaba por justificar a discriminação das mulheres em função da essência feminina. Na perspectiva culturalista, as diferenças sexuais provêm da socialização e da cultura. Neste sentido, as diferenças sexuais poderiam ser eliminadas a partir do momento que a ordem e as leis patriarcais fossem superadas (ARAÚJO, 2005).

De acordo com Schienbinger (2001), por muito tempo o termo gênero esteve associado ao conceito de sexo e às ideologias que prescreviam as características e comportamentos aceitáveis para homens e mulheres. Em sua explicação sobre gênero, a autora traz termos que, apesar de distintos, são por vezes confundidos, sendo eles: mulher, fêmea, feminino e feminista. De acordo com a autora, “mulher” é um indivíduo em particular; “fêmea” designa o sexo biológico; “feminino” refere-se a comportamentos engendrados às mulheres, que variam de acordo com o local e o tempo histórico, podendo também ser adotados por homens; “feminista” diz respeito a um posicionamento ou agenda política. O conceito de “gênero” é denotado como relações de poder entre os sexos e refere-se tanto a homens quanto a mulheres, dizendo muito sobre a desigualdade entre os gêneros, tanto dentro quanto fora das organizações.

A partir da desigualdade de gênero, desenvolvem-se então diferentes vertentes feministas. No entanto, no final da década de 1960, algumas abordagens compartilham ideias centrais. Piscitelli (2002) destaca que, em termos políticos, todas essas abordagens consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos homens, cenário observado, em certa medida, em todas as épocas e lugares.

Para Joan Scott (1995), o uso do termo gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Neste sentido, diversas correntes sustentam que, apesar da submissão feminina dentro da sociedade, essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente, e que, portanto, não sendo natural, pode ser modificado (SCOTT, 1995).

É com esse pensamento que o movimento feminista ganha força efetivamente apenas na segunda metade do século XIX, impulsionado pela ideia de “direitos iguais à cidadania”, questionando que, se a subordinação da mulher não é justa nem natural, como se chegou até ela e como ela se mantém? (PISCITELLI, 2002).

2.1.1. Vertentes feministas

Piscitelli (2002) destaca a relevância em se atentar as vertentes feministas que buscam explicar essa subordinação de gêneros observada a partir de correntes do pensamento feminista desenvolvidos nos EUA e Inglaterra a partir do final da década de 1960, apresentando diferentes percepções das origens e causas da opressão. Cada vertente terá sua contribuição na percepção de como cada fator de relação atua na desigualdade de gênero neste estudo.

No que se refere ao feminismo socialista, esta vertente segue a argumentação de Engels (1884) em “As Origens da Família, Propriedade Privada e o Estado” orientada pela ideia de que a divisão do trabalho baseada no sexo implicou desigualdade ou opressão social. Ou seja, esta vertente destaca que as mulheres são incapazes de serem livres devido à sua dependência financeira dos homens na sociedade. O feminismo socialista foca na desigualdade de gênero a partir das classes sociais baseadas na propriedade privada e considera que a forma de opressão sexual só ocorre dentro de uma organização social estruturada em classes. Há, no entanto, outras vertentes do feminismo socialista que critica essa premissa, demonstrando existência de hierarquias de gênero em países socialistas. Assim, considera-se as causas originais de opressão feminina sendo capitalismo/patriarcado, e, portanto, produção e reprodução como igualmente determinantes (PISCITELLI, 2002).

Piscitelli (2002) também apresenta outro entendimento das causas da opressão, a partir do feminismo radical. Uma das principais feministas desta corrente, Shulamith Firestone (1976), entende que a opressão é originada do processo reprodutivo. Para ela, os papéis masculinos e femininos na reprodução da espécie torna possível a dominação dos homens sobre as mulheres na ideia de que a reprodução e a dependência biológica da criança pela mãe a torna prisioneira da biologia, forçando-as a depender do homem. A condição feminina então está ancorada na biologia e na opressão por parte de uma cultura masculina. Neste sentido, essa linha considera a subordinação da mulher no lar como uma função do patriarcado e não só do capitalismo (ENGLAND,1993), como observado na vertente socialista.

O feminismo liberal, considerado a corrente ideológica do feminismo mais antiga,

surgiu na Revolução Francesa (século XIX), com Mary Wollstonecraft em “Reinvidicação dos Direitos das Mulheres”. O discurso liberal clássico faz uma clara distinção entre as esferas pública e privada e, de acordo com esta visão dualista, o Estado deveria intervir o mínimo possível no que se entende como “privado”. Assim, a violência contra a mulher foi, por muito tempo, vivenciada de forma silenciosa e individualizada, garantida pelos princípios da inviolabilidade do mundo privado. Além disso, no âmbito privado também ficam confinadas as questões convencionalmente concebidas como femininas, como é o caso do trabalho doméstico e do casamento. Neste sentido, o movimento feminista critica essa visão, pontuando que tanto a esfera “pública” quanto a “privada” está ligada ao patriarcado pois, em ambos os âmbitos, há forte presença do domínio masculino (EINSENSTEIN, 1983; ELSHTAIM, 1981. KELLY, 1984; OKIN, 1979, apud CORRÊA, PETCHESKY, 1996). A separação dessas duas esferas reforça práticas rotineiras de subordinação e de submissão feminina (CORRÊA, PETCHESKY, 1996), uma vez que as questões que dizem respeito a boa parte da vida das mulheres, bem como as próprias mulheres, são afastadas da esfera pública.

Uma das principais críticas do feminismo liberal é desconsiderar as diferenças entre os diversos grupos femininos. Mary Dietz (1990) destaca, dentro da concepção liberal, o entendimento dos seres humanos como indivíduos racionais, cujas necessidades e capacidades independem do contexto em que se inserem. Assim, por fim, é trazido a concepção de feminismo decolonial, que se opõem fortemente ao feminismo liberal. Françoise Vergès (2019) defende uma perspectiva feminista com e para além da interseccionalidade (gênero, sexualidade, raça, etnia, classe dentre outros). O feminismo decolonial incorpora duas questões centrais: a não fragmentação das opressões e a desuniversalização da “mulher”. O primeiro se refere à uma forma de dominação, e vai dizer que todas as raças e nacionalidades subalternizadas são oprimidas pelo menos racialmente e economicamente, trazendo a necessidade em se falar também da distribuição desigual de riquezas. Além disso, as experiências e vivências de um corpo feminino racializado é única, havendo inúmeras formas de viver em um corpo feminino. O feminismo que universaliza a opressão de gênero como se essa opressão atravessasse todas as culturas e classes sociais, e se sobrepuasse a outras formas de opressão, é também opressão, sendo racismo de gênero. Por tanto a necessidade de se considerar, dentro do feminismo, a realidade das mulheres pretas e pobres, suas formas de opressão, sua realidade ainda escravocrata e invisível aos olhos da sociedade (VERGÉS, 2019)

Este trabalho, portanto, considera as duas esferas na vida feminina: a pública e a

privada. Assim, iremos trazer a ideia de que as mulheres não devem emancipar-se somente no mercado de trabalho, mas também dentro do domicílio, com uma divisão mais justa do trabalho doméstico e reprodutivo além de uma valorização no próprio mercado de trabalho remunerado.

2.1.2. O papel feminino ao longo do tempo

Maders e Angelin (2012) argumentam que o processo de reconhecimento social do papel das mulheres, por vezes desvalorizado, foi sendo alterado no decorrer da história, em especial, pelo estabelecimento do patriarcado e que, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, estas “diferenças de relação de gênero” foram reafirmadas. As mulheres foram estrategicamente encarregadas dos trabalhos doméstico e de cuidados, contribuindo para que as diferenças de relação de gênero fossem intensificadas (MADERS, ANGELIN, 2012). Também neste sentido, Simone de Beauvoir em “o Segundo Sexo” (1976) aborda a “naturalização” da tarefa feminina na reprodução e na vida doméstica e conseqüentemente a exclusão da vida pública, ficando reservados aos homens todos os benefícios da “civilização” (BEAUVOIR, 1976)

Dado o cenário de marginalização feminina, Foucault (1999) considera que toda condição de subordinação introduz um conflito buscando negociações, e nesse sentido, a subordinação de gênero introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino em busca, então, de uma negociação entre a relação de gêneros (SCOTT, 1995).

Diante da realidade das mulheres, o feminismo se consolidou como um discurso de caráter intelectual, filosófico e político buscando pôr fim aos padrões tradicionais e à opressão sofrida ao longo da história (BEZERRA E MEDEIROS, 2016). Enquanto a primeira onda do feminismo existiu durante os séculos XIX e início do XX em todo o mundo, impulsionada pelo paradigma do liberalismo, buscando questões jurídicas, principalmente na conquista do direito ao voto feminino, a segunda onda surge nas décadas de 60 e 70 do século XX, época marcada por revoluções que tomaram conta do cenário mundial, influenciando o movimento feminista. Essa segunda onda surge especialmente nos EUA e na França e a maior bandeira era a discriminação de gênero. Neste período se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres (MAYORGA, et al. 2013). É nesta onda que este trabalho irá se apoiar, apresentando mudanças dos papéis de gênero tradicional e observando mulheres que, não apenas se inserem no mercado de trabalho, como superam a participação financeira do casal em relação ao seu cônjuge.

No período da industrialização, as mulheres foram “requisitadas” ao mercado de trabalho, mas ainda permanecendo com as responsabilidades domésticas. Isso ocasionou em um conflito de identidade feminina que, ao mesmo tempo buscavam ser boas profissionais e boas mães, esposas e donas de casa, gerando uma sobrecarga de trabalho às mulheres (WOODWARD, 2000, apud MADERS, ANGELIN, 2012). Até os dias atuais, observa-se esse conflito entre tarefas domésticas e do mercado de trabalho. As mulheres conciliam uma carga dupla, quando se colocam dentro do mercado de trabalho.

Quando se observa a evolução feminista, percebe-se uma redução das desigualdades de gênero, ainda que elas se mantenham. Neste sentido, nos últimos anos, muitos autores colocaram como pauta a questão de revolução incompleta, sobretudo quando observadas a partir da vida privada (ESPING-ANDERSEN, 2009; GERSON, 2010; ENGLAND, 2010)

Esping-Andersen (2009) destaca na revolução das mulheres, principalmente, a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Ou seja, de acordo com o autor, tem-se vivenciado uma alteração dos papéis da família convencional, adiamento da formação familiar, o que contribui para diminuição das taxas de natalidade e um aumento da proliferação de famílias monoparentais, muitas das quais socialmente vulneráveis.

Todavia, ele argumenta que essa revolução de gênero é incompleta sob diferentes aspectos, principalmente no que tange a entrada das mulheres no mercado de trabalho, pois estas ainda conciliam a atividade remunerada à exclusividade nos encargos da vida familiar, sem se observar uma inserção dos homens nos afazeres tipicamente femininos. Essa dinâmica implicaria em maior dedicação feminina à vida familiar e aos trabalhos domésticos e de cuidado, juntamente com às atividades de mercado.

A demanda por uma conciliação entre as esferas público e privadas tem origem de políticas que precarizaram o trabalho, causando sua desvalorização e intensificação, polarizando o mercado de trabalho e criando maiores diferenças entre mulheres de classes sociais diferentes. Essa revolução incompleta atingiria em maior grau as mulheres de classe média e alta, com maiores níveis de educação e remunerações mais altas. Em contrapartida, as mulheres pertencentes às classes baixas e com menor nível de instrução teriam um apego mais fragilizado ao trabalho remunerado e, portanto, seriam muito mais propensas a se dedicarem à tarefa de dona de casa tradicional. Ou seja, as mulheres de classes mais altas podem terceirizar os afazeres domésticos, contratando uma empregada doméstica, por exemplo, e, dessa forma,

conciliar melhor o espaço público e privado e se dedicando à construção de sua carreira, ao passo que uma mulher de classe mais baixa se dedica mais ao trabalho doméstico e ao cuidado (WAJNMAN, 2016).

Vergès (2019) vai destacar, dentro do feminismo decolonial, a continuidade de um sistema colonial, onde mulheres negras e pobres ocupam funções invisíveis e de alto risco, como contato aos produtos de limpeza altamente prejudiciais à saúde, para “limpar” a cidade para os brancos começarem suas atividades. Dentre eles, as mulheres brancas. A partir destas desigualdades entre mulheres, Esping-Andersen (2009) vai defender a necessidade de políticas de apoio às mulheres, capazes de amenizar os desequilíbrios gerados pela revolução incompleta. Assim, para o autor, caso isso não ocorra, poderá haver o aumento das desigualdades.

No Brasil, o trabalho doméstico sempre foi marcado pela presença das mulheres, sobretudo das mulheres negras (JESUS, 2018). Guerra (2017) apresenta que, entre as mulheres ocupadas no serviço doméstico, 60% são negras. Essa ocupação se estende desde os tempos de escravidão, marcada por uma desvalorização social. Atualmente, essa ocupação se dá como porta de acesso no mercado de trabalho e como nicho de permanência em atividades remuneradas para grande parte das mulheres pobres, negras e pouco escolarizadas (GUERRA, 2017). Neste sentido, a vasta oferta de empregadas domésticas a baixo custo torna-se uma solução para algumas mulheres que assumiram responsabilidades profissionais conciliarem com as responsabilidades domésticas (HIRATA; KERGOAT, 2007; SORJ, 2004).

Em contrapartida à revolução incompleta de gênero apresentada por Esping-Andersen (2009), Goldscheider, Bernhardt e Lappegard (2015) vão trazer para o debate as mudanças do sistema de gênero, divisão sexual e mudanças a nível de família e fecundidade, apresentando em seus trabalhos a Primeira e a Segunda Metade da Revolução de gênero.

Para os autores, a primeira parte da revolução se alinha de fato ao conflito de tarefas domésticas e de mercado das mulheres, gerando uma carga dupla feminina. A entrada nas mulheres no trabalho remunerado altera dos papéis da família convencional, e como consequência, uma queda do nível de fecundidade, a fim de contrabalancear os lados dessa conciliação feminina das esferas pública e privada. No entanto, na segunda parte da revolução, observa-se um “fortalecimento familiar” justificado, em particular, pelo aumento do envolvimento dos homens no lar (GOLDSCHIEDER, BERNHARDT E LAPPEGARD, 2015). Com isso, em alguns países, o leve aumento do nível da fecundidade pode ser justificado por

uma gradual entrada masculina na esfera privada.

Assim, a visão de revolução inacabada (ESPING-ANDERSEN, 2009) por vezes foi adotada devido ao atraso ou demora das mudanças na esfera privada. A inserção do homem na esfera privada leva mais tempo para ser alcançada, comparativamente às mudanças observadas na esfera pública pela entrada das mulheres nesse campo. Goldscheider, Bernhardt e Lappegard (2015) vão dizer que, ainda que os homens tenham tido pouca experiência com o âmbito doméstico, grande parte das mulheres já estavam inseridas no mercado de trabalho remunerado antes do casamento, além do longo tempo de “preparação” feminina no mercado de trabalho; há anos se observa o aumento de escolaridade e a conciliação doméstica e de trabalho remunerado na realidade feminina.

A partir dessa discussão sobre a inserção feminina no mercado de trabalho e até mesmo do maior envolvimento masculino nos afazeres domésticos, percebe-se que o sistema de gênero é muito mais complexo. E isso será mais bem tratado nas próximas sessões.

2.2. Divisão sexual do trabalho

Seguindo a discussão sobre gênero, a divisão sexual do trabalho se faz como um importante pilar na compreensão de pautas para este estudo. O termo refere-se à maneira como o trabalho se divide socialmente entre homens e mulheres, geralmente destacando as desigualdades de gênero que surgem dessa divisão.

Conforme já ressaltado, Mason (1997) pontua as expectativas de um sistema de gênero, levando a uma divisão de trabalho e de responsabilidades entre mulheres e homens, a partir de direitos e obrigações definidas. Hirata e Kergoat (2007) afirmam que essas desigualdades são sistemáticas e adentram em uma reflexão sobre os processos utilizados pela sociedade nessa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos, criando um sistema de gênero. Pela definição ampla do termo estão contidos o trabalho profissional e doméstico, remunerado e não remunerado (HIRATA, 2015, p.4), ressaltando a relação entre esses dois dentro de um sistema de gênero, que é foco deste trabalho.

De acordo com Gary Becker, em *A Treatise on the Family* (1981), seria racional que os homens maximizem sua vantagem comparativa no trabalho de mercado e que as mulheres maximizem sua vantagem comparativa na produção doméstica. O autor considera uma diferença intrínseca entre os sexos e postula que as famílias podem maximizar seus ganhos se

cada membro se especializar na área que tem maior vantagem comparativa, sendo depositado investimentos no mercado, para homens, ou nos setores domésticos, para mulheres.

Os trabalhos domésticos, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, eram gratuitos e considerados não produtivos, portanto, destinado às mulheres (MADERS, ANGELIN, 2012). No entanto, Hirata e Kergoat (2007) destacam que, com o tempo, as abordagens passaram a tratar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional, permitindo considerar “simultaneamente” as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, abrindo caminho para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho”.

Teixeira (2009) ressalta que, tradicionalmente, as mulheres eram as trabalhadoras de produtos têxteis por excelência, incluindo fios, tecidos, bordados, rendas e, particularmente, peças do vestuário, além da área de cuidado. Durante a primeira guerra mundial, além da função de enfermagem, as mulheres ocuparam postos de trabalho nas indústrias de confecção, produzindo uniformes para soldados, paraquedas e outros artigos têxteis e para o vestuário.

Macedo (1985, apud TEIXEIRA, 2009) destaca que por todo o período de transição, que antecede o surgimento e expansão da grande indústria na Inglaterra (no século XVIII), as mulheres bordam, fazem crochê, bordados brancos, pontos de renda e seguem urdindo fiando e tecendo, principalmente em domicílio. Com o advento da maquinaria, a divisão sexual do trabalho é exacerbada:

As transformações engendradas pelo sistema de máquinas, acompanham modificações a nível da divisão do trabalho. Por um lado, as máquinas exigem operários qualificados, aqueles que ficarão a cargo da manutenção e do conhecimento técnico relativo à produção. Por outro, a ampliação da divisão do trabalho requer trabalhadores especializados – não qualificados, no sentido de não deterem o conhecimento técnico da produção, bem como trabalhadores auxiliares. Estas categorias serão os novos operadores das máquinas. (MACEDO, 1985, p.18, apud TEIXEIRA, 2009)

Desta forma, mesmo no período da industrialização, quando as mulheres se inserem no mercado de trabalho remunerado, grande parte das funções e dos lugares em que elas ocupam são não qualificados. A divisão do trabalho estabeleceu-se assim com a justificativa de que as mulheres não detinham o conhecimento técnico para supervisionar os serviços (TEIXEIRA, 2009).

O cenário observado dessa divisão apresentava, ao homem, o trabalho produtivo remunerado, reconhecido socialmente e fora dos domicílios. Para as mulheres restaram as

tarefas da casa, a educação dos filhos e a maternidade, que era responsável pela reprodução da força de trabalho. E, mesmo quando a participação da mão de obra feminina sai dos muros privados, a valorização, tanto de qualificação quanto de remuneração, era praticamente inexistente (TEIXEIRA, 2009).

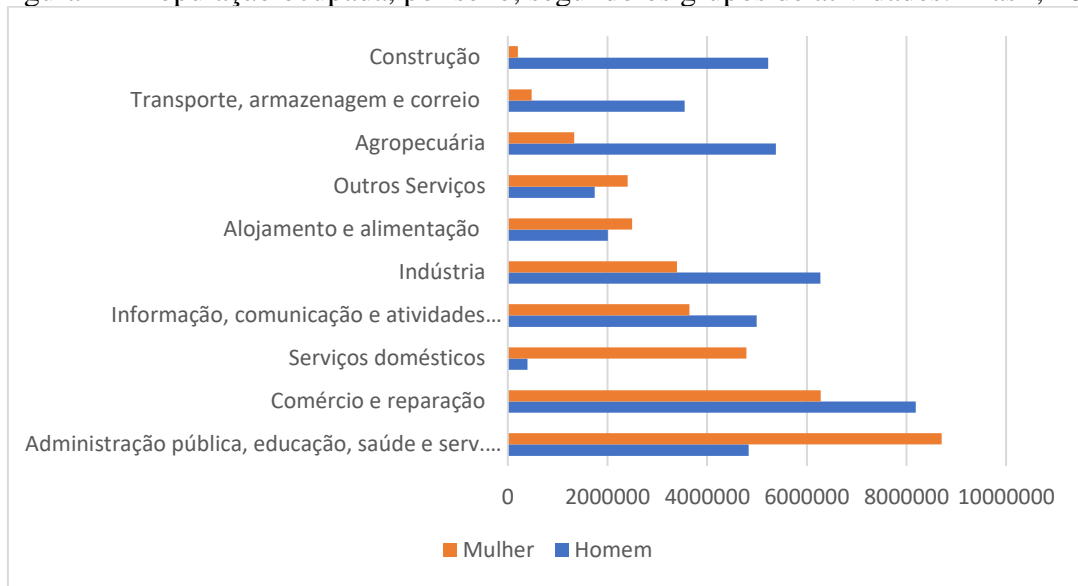
Neste sentido, Hirata e Kergoat (2007) vão dizer que a divisão sexual do trabalho é uma potente fonte de produção de hierarquia entre os sexos. As autoras traduziram estas questões em dois princípios organizadores da divisão social do trabalho sendo eles o princípio de separação e o princípio hierárquico. O primeiro princípio separa as ocupações a partir da existência de trabalhos “específicos” para homens e mulheres, moldando normas de gênero que imprimem às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas e de cuidados. O segundo princípio determina que um trabalho masculino “vale” mais que um trabalho feminino. Ambos são legitimados pela ideologia naturalista, e terão consequência sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho. Assim, a divisão sexual do trabalho influencia mulheres a seguirem carreiras vistas como “essencialmente femininas”, como o setor de serviços e de educação.

2.2.1. Um retrato da divisão sexual no Brasil

Essa divisão, conforme apresentado pela Figura 1, é uma realidade na população brasileira. Além das mulheres se concentrarem em áreas “femininas”, de acordo com o IBGE (2019) os Serviços domésticos ainda registraram o menor rendimento médio, equivalente a apenas 40,3% do total, em 2019. Já profissões consideradas como “masculinas”, como informação, financeira e outras atividades profissionais, além da indústria, cujos rendimentos médios costumam ser mais valorizados, acabam sendo mais ocupadas pelos homens, conforme observado abaixo. Além disso, as mulheres também encontram menos oportunidades para ocuparem altos cargos de direção, muito embora detenham tanta ambição pela ascensão profissional quanto os homens (OIT, 2019).

Neste sentido, vale ressaltar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, antes tipicamente masculinos, não significa alteração na essência da divisão social do trabalho, pois ainda há hierarquização do trabalho masculino como de maior valor do que o trabalho feminino.

Figura 1 - População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividades. Brasil, 2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), 2019. Elaboração própria

Ainda quando algumas mulheres tentem ingressar em outros setores diferentes do doméstico para complementar a renda familiar, elas acabam por experimentar uma dupla jornada, tendo ainda que chefiar as tarefas domésticas em âmbito privado. De acordo com o IBGE (2019), 92,1% das mulheres realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente, contra 78,6% dos homens. No que se refere a cuidados de moradores ou de parentes não moradores, aproximadamente 37% das mulheres disseram ter se dedicado à essa atividade e 26,1% para os homens. Além de se ter um número maior de mulheres em atividades não remuneradas, elas ainda se dedicam, em média, 21,3 horas por semana a esse conjunto de atividades, enquanto os homens, apenas 10,9 horas (IBGE, 2019).

Todavia, ainda que a diferença seja discrepante, Barbosa (2018) observou importantes mudanças em relação ao uso do tempo dedicado ao trabalho remunerado (no mercado) e ao não remunerado (em afazeres domésticos) no Brasil no período de 2001 a 2015. Nas horas despendidas em afazeres domésticos, verifica-se uma queda acentuada para as mulheres e um leve aumento para os homens. A autora revelou também que, no Brasil, até 2014, houve aumento nas horas dedicadas ao mercado de trabalho entre as mulheres. Os homens, por outro lado, apresentaram uma redução de cinco horas semanais de trabalho remunerado no período.

2.2.2. Transformações na dinâmica da divisão

Alguns fatores podem justificar a contribuição na redução da jornada de trabalho

doméstico das mulheres, proporcionando efeitos positivos na sua entrada na força de trabalho, como transformações ocorridas na estrutura e composição das famílias, maior facilidade de arranjos formais e informais para o cuidado dos filhos e da maior eficiência na produção de bens e serviços domésticos (BROWNING, CHIAPPORI E WEISS, 2014; GREENWOOD E VANDENBROUCKE, 2008; GREENWOOD, SESHADRI E YORUKOGLU, 2005; GOLDIN, 1989; HECKMAN, 1974 apud BARBOSA, 2018).

No entanto, há uma razoável heterogeneidade no uso do tempo das mulheres de diferentes classes. Itaboraí (2016), utilizando dados da PNAD 2012, constatou que o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado decrescia na medida em que aumentava a classe social em contrapartida. Isso pode ocorrer, em parte, devido à polarização do emprego das mulheres (Hakim, 1996) e ao crescimento da categoria de profissões de nível superior e de executivas. As mulheres em melhores condições têm a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares. A essas últimas, cabem os empregos em serviços muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, de maneira mais geral, vivenciados pela precariedade.

Contudo, ainda que algumas mulheres deleguem essas atividades à outras, Hirata e Kergoat (2007) pontuam um limite no modelo de conciliação, cuja gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam.

Neste sentido, entra-se nas teorias baseadas em normas e instituições, apoiadas na ideia de que os indivíduos são socializados em papéis de gênero masculino e feminino (SPITZER; HAMMER, 2017). Esta abordagem reconhece que a alocação de tempo não é determinada apenas pelos recursos relativos, mas também pelos aspectos psicológicos e sociológicos da identidade (SEVILLA-SANZ et al., 2010). Esse cenário leva os indivíduos a reproduzirem as normas da sociedade (DEDING E LAUSTEN, 2006).

Os resultados encontrados por Itaboraí (2016) também refletem essa teoria. Neste estudo, o tempo masculino de trabalho doméstico não remunerado parecia ser razoavelmente insensível à classe, apenas variando ligeiramente para cima no caso dos homens das classes de maior escolaridade.

Percebe-se então que ao se olhar para o papel da mulher na sociedade e as mudanças observadas nos papéis de gênero, as dimensões existentes são amplas. Segundo Mason (1997)

a estratificação de gênero, bem como os papéis de gênero são multidimensionais e variam de acordo com classe social, esfera institucional e estágio da vida, bem como por outras características dos indivíduos ou do grupo (MASON, 1984, 1986).

Conforme a análise da autora, os estudos demográfico que incorporaram medidas de estratificação de gênero até então, concentram-se em seus subcomponentes, tais como autonomia feminina, que refere-se à liberdade da mulher em agir como se tem vontade, sem esperar atender expectativas sociais (DYSON; MOORE, 1983), o empoderamento feminino, por uma redução do poder entre gêneros (SCHULER; HASHEMI, 1994), controle feminino sob recursos materiais e as dimensões de poder de comando, de honra ou prestígio social (CAIN et. al., 1979) ou sua liberdade de movimento (MORGAN; NIRLAULA, 1995).

Logo, percebe-se que o sistema de gênero abarca diversas dimensões para o papel da mulher na sociedade. Analisar as mulheres provedoras demanda, para além de perceber a participação relativa maior na renda do casal, compreender sua inserção na sociedade, prestígio no mercado remunerado, poder nas decisões domiciliares e demais aspectos englobados pelo sistema de gênero e, de fato, sob a visão de um empoderamento feminino.

2.3. Modelos da divisão sexual de tarefas

Buscando compreender como se dão as interpretações nas questões das divisões, Hirata e Kergoat (2007) apresentam a abordagem em termos de “complementaridade” entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico. A divisão entre tipos e modalidades de empregos que reproduzem os papéis sexuais dentro do trabalho profissional aparece de formas diversas.

No modelo tradicional o papel doméstico na família é assumido inteiramente pelas mulheres, e o papel de provedor atribuído aos homens. Neste modelo, se seguiria a linha defendida por Becker, no modelo de especialização, onde mulheres se dedicariam inteiramente aos afazeres domésticos e os homens se especializariam no mercado remunerado.

Já no modelo de conciliação, a conciliação da vida familiar e profissional cabe quase que exclusivamente às mulheres.

Pela definição de Jacqueline Laufer, (apud Hirata e Kergoat, 2007):

...ele [modelo de conciliação] visa articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional. É uma condição necessária da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, em particular no âmbito profissional [...]. Uma eventual

recomposição e uma nova divisão de papéis se realizariam, assim, não mais em detrimento das mulheres, mas em benefício comum de homens e mulheres. (1995, p.164)

Hoje em dia alguns pesquisadores acreditam que termos como “conflito”, “tensão”, “contradição” caberiam melhor do que “conciliação”, para evidenciar a natureza conflituosa das simultâneas responsabilidades profissionais e familiares atribuída às mulheres (Hirata e Kergoat, 2007).

Budig e Lim (2016) sugerem que, enquanto Becker, em sua teoria, faz suposições sobre vantagens comparativas específicas de gênero com base na biologia e em um mercado de trabalho patriarcal, é possível enxergar a especialização em termos neutros de gênero. Nessa abordagem, na medida em que uma família de dois adultos pratique uma divisão do trabalho de mercado e não comercial, quem se especializar em trabalho de mercado deve se beneficiar do trabalho não comercial do cônjuge, independentemente do sexo.

No entanto, ainda que se observe uma mudança do cenário tradicional na divisão sexual do trabalho, com a entrada feminina no mercado remunerado principalmente desde a década de 1960 e 70, o relevante aumento das mulheres na responsabilidade econômico-financeira das famílias, e um leve aumento no envolvimento masculino na esfera privada do lar e da família, não há evidências de que os homens estejam tomando para si a responsabilidade principal do trabalho doméstico (MARRI, WAJNMAN, 2007), mantendo, até o momento, as mulheres também como principais responsáveis nos afazeres domésticos, e pouco avanço no envolvimento dos homens nesta área (GOLDSCHIEDER, 2015).

Neste sentido, alguns estudos demonstraram que as mulheres têm contribuído com parte significativa do orçamento familiar, e que, em muitos casos, são as principais provedoras (MOORE, 1990; WINKLER, 1998, WINKLER, MCBRIDE; ANDREWS, 2005; WAJNMAN, 2006; MARRI, WAJNMAN, 2007). Além disso, alguns estudos também apresentam que o percentual de homens que fazem tarefas domésticas aumentou e que, embora ainda não esteja muito avançado, esse processo está em andamento em vários países (BARBOSA, 2018; GOLDSCHIEDER, 2015; SULLIVAN, BILLARI E ALTINTAS, 2014).

Contudo, é necessário considerar a heterogeneidade na realidade feminina. Kergoat (1998, 2009) ressalta que, a partir do momento em que algumas mulheres conseguem alcançar oportunidades de carreira, antes reservadas majoritariamente aos homens, este mesmo grupo passaria a depender, de certa forma, dos serviços das mulheres do grupo menos favorecido.

Essa transferência de responsabilidades permite a redução dos conflitos entre trabalhos remunerado e não remunerado.

Entre as mulheres de níveis mais altos de instrução, Hirata e Kergoat (2007) destacam o modelo de delegação, que se sobrepõe ao modelo de conciliação, no qual as mulheres pertencentes a estratos sociais mais altos têm, ao mesmo tempo, a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres através da contratação de empregadas domésticas, as tarefas domésticas e familiares. Jesus (2018) ressalta em seu estudo que o trabalho doméstico sempre foi marcado pela presença das mulheres, principalmente das mulheres negras. Assim, a questão racial é um forte desafio para ascensão de todas as mulheres dentro da sociedade.

Além disso, observa-se o modelo de barganha. Neste modelo considera-se o trabalho não remunerado uma atividade desagradável, portanto, os indivíduos tentam barganhar com o propósito de saírem dessa obrigação (SPITZER; HAMMER, 2017). Neste sentido, o poder de barganha vai influenciar a capacidade daquele indivíduo evitar estas tarefas. Os fatores que determinarão esse nível de poder são variados, podendo ser tipo socioeconômicos ou demográfico, como escolaridade, renda, raça, gênero e posição no mercado de trabalho (BLOOD; WOLFE, 1960; BRINES, 1994; KITTERØD; LAPPEGÅRD, 2010). Spitzer e Hammer (2017) destacam também que essas variáveis podem interagir umas com as outras.

Assim, as diferenças de renda, de escolaridade, filhos dentro da relação, também podem refletir no poder de barganha, ou seja, a divisão não afeta a todas as mulheres da mesma forma, uma vez que as posições de classe e a raça promovem variações nas hierarquias de gênero (BIROLI, 2018; BIROLI E MIGUEL, 2015).

Spitzer e Hammer (2017) também ressaltam, a partir deste modelo, que, quanto mais escolarizada for a mulher e quanto maior for sua renda, maior o seu poder de barganha e, portanto, menor será sua participação no trabalho não remunerado (SPITZER; HAMMER, 2017). No entanto, este modelo não consegue explicar por que as mulheres fazem mais trabalho não remunerado, mesmo que os recursos sejam semelhantes aos de seus cônjuges.

Observa-se com isso que a condição da vida feminina importa para a análise dos efeitos da divisão sexual do trabalho não remunerado, e, portanto, certamente também é relevante para o trabalho remunerado. Portanto, o interesse em compreender se, nos cenários em que as mulheres quebram a especialização familiar no mercado de trabalho e são as principais

provedoras financeiras do domicílio, essa mudança é observada em um contexto mais amplo de empoderamento feminino, não apenas na sua maior participação da renda do casal, mas por uma valorização da posição da mulher no mercado de trabalho e uma divisão menos desigual das tarefas domésticas com seus cônjuges em comparação às mulheres não provedoras.

3. EVIDÊNCIAS DE MUDANÇAS NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Alguns estudos realizados demonstram essa mudança no mercado de trabalho remunerado no cenário mundial, em que as mulheres contribuem com parte significativa do orçamento familiar, e que, em muitos casos, são as principais provedoras, tendo sua participação relativa na renda do casal maior que 50% (MOORE, 1990; WINKLER, 1998, WINKLER, MCBRIDE; ANDREWS, 2005; WAJNMAN, 2006; MARRI, WAJNMAN, 2007).

Observa-se que o caminho tem sido desigual entre os países, mas que, em grande parte, tem tomado uma direção de redução das desigualdades de especialização de gêneros, em que os homens têm aumentado suas horas dedicadas às tarefas domésticas, ainda que lentamente (BARBOSA, 2018; GOLDSCHIEDER, 2015; SULLIVAN, BILLARI E ALTINTAS, 2014). Este capítulo se propõe apresentar algumas evidências que sugerem uma mudança da condição feminina na sociedade, principalmente no que se refere ao mercado remunerado.

3.1. Cenário Internacional

O aumento da participação da renda feminina tem sido uma dinâmica cada vez mais observada em diversos países. Nos Estados Unidos, a contribuição média do rendimento das esposas na renda familiar aumentou de 26,6%, em 1970, para 35,2%, em 2003. Além disso, a participação das mulheres norte americanas que ganham mais do que seus cônjuges, em famílias com duplo rendimento, aumentou de 17,8%, em 1987, para 25,2%, em 2003 (US BUREAU OF STATISTICS, 2005)

Casais em que a participação da mulher nos rendimentos totais do casal excede 50% representam cerca de um em cada cinco casais casados ou em coabitação na França (BLOEMEN et al. 2013) e um em cada quatro casais casados e em coabitação na Austrália (WOODEN et al. 2014). Winkler (1998, 2013) apresentou dados que demonstram que 25% das esposas ganhavam mais do que seus maridos em 1992 nos Estados Unidos e que entre os casais com filhos, a proporção em que a renda da esposa superava a do marido aumentou de cerca de

4% em 1960 para 23% em 2011.

Sobre a escolaridade, Winkler (2013) também destaca que entre todos os casais com filhos em 1960, cerca de 16% tinham um marido com maior escolaridade quando comparado à esposa, e o oposto era verdadeiro para 7% dos casais. Cerca de cinco décadas depois esse padrão mudou e cerca de 23% dos casais tinham como maior nível educacional o da esposa, e entre 17% das famílias o marido é mais educado do que a esposa. O autor também ressalta que a maior escolaridade das mães em relação aos seus cônjuges está correlacionada com a maior incidência de mães que ganham mais do que seus maridos. Em 2011, entre os casais em que a esposa tem mais escolaridade do que o marido, 38% das esposas tinham renda maior do que o marido

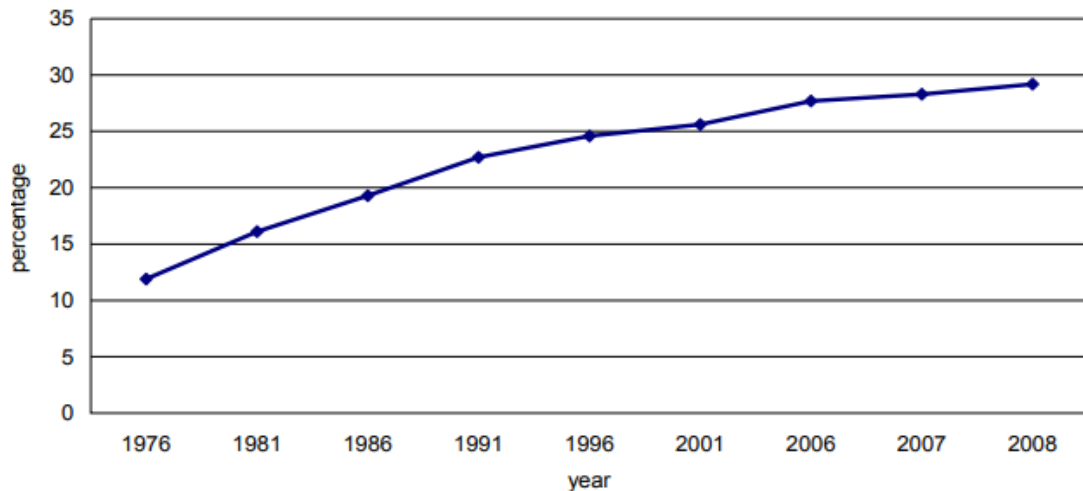
Em estudo anterior do autor, a condição da mulher como provedora foi observado em quase 60% dos casais em que o salário do marido estava no quintil mais baixo em 1992 (WINKLER, 1998). Esse resultado é importante para refletir se, no caso dessas mulheres, houve de fato uma melhora e valorização salarial feminina e de sua participação no mercado de trabalho e na sociedade, ou se isso é ocasionado por uma redução dos salários dos maridos específicos dessas mulheres e que, por consequência relativa, faz com que essas mulheres recebam mais que os cônjuges. Esse resultado é observado também em estudo realizado Marri e Wajnman (2007) que descobriram que as famílias em que os maridos eram trabalhadores agrícolas, com pior remuneração entre os demais grupos ocupacionais, apresentavam maior probabilidade de possuírem esposa provedora.

Mulheres que trabalham em período integral e homens que trabalham meio período ou estão desempregados são mais propensos a ser encontrados no arranjo familiar em que a mulher é a principal provedora (BIANCHI et al 1999; RALEY et al. 2006; DRAGO et al. 2005). Além disso, em 1993, a renda média do trabalho das esposas provedoras do casal no Canadá era cerca de 30% menor do que a dos maridos provedores (CROMPTON e GERAN, 1995). Os autores também apresentaram uma redução no diferencial de rendas entre cônjuges: as mulheres, que em 1967 recebiam 42% da renda do marido, passaram a receber 57% em 1993.

À medida que a educação e a renda das mulheres aumentaram, a incidência de famílias com dois salários em que a esposa ganhava mais do que o marido também cresceu. De acordo com o Statistics Canada (2010) a proporção de famílias cuja esposa era a provedora principal aumentou de 12% em 1976 para 29% em 2008.

Na Figura 2 é apresentado a proporção de famílias com dois salários em que as esposas ganham mais do que os maridos no Canadá, entre os anos de 1976 e 2008 e percebe-se que o aumento das famílias com mulheres provedoras tem sido constante ao longo do período observado.

Figura 2 - Porcentagem de famílias com dois salários em que as esposas ganham mais do que os maridos – Canadá 1976 a 2008



Fonte: Statistics Canada, CANSIM, 2010

Além disso, estudo apresentado por Budig e Lim (2016) compara as diferenças de coorte, gênero e especialização familiar no prêmio por casamento entre as gerações millennial (nascidos entre 1980 e 1984) e baby boom (nascidos entre 1957 e 1965). No que se refere à coorte baby boom, essa geração vivenciou um período marcado por divisões tradicionais de gênero, no qual os maridos eram os principais provedores financeiros e as esposas, as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos. Neste sentido, a divisão sexual, cujas tarefas domésticas recaíam principalmente sobre às mulheres, favorecia a atuação dos homens no mercado remunerado.

No entanto, o contexto atual sofreu, e tem sofrido, muitas modificações. Desde o início dos anos 80, as mudanças demográficas reduziram os ganhos da especialização das famílias e o padrão das vantagens comparativas de gênero no trabalho de mercado e em âmbito doméstico (BUDIG E LIM, 2016). Estes autores descobriram então que, nos Estados Unidos, as mulheres pertencentes a geração millenials recebem um prêmio salarial no casamento quando responsáveis pela família, enquanto as mulheres da coorte anterior, os boomers, não recebem prêmio salarial no casamento em nenhum tipo de especialização familiar. Isso se dá, em parte, porque a participação das mulheres no trabalho remunerado e o envolvimento, ainda que

pequeno, dos homens nas responsabilidades familiares são cada vez mais frequentes (BREWSTER E PADAVIC, 2000).

Percebe-se então que, no cenário internacional, a posição da mulher na sociedade tem mudado, com um crescente aumento da participação feminina no mercado remunerado e na renda familiar. É possível então que os efeitos da especialização doméstica sobre os salários, antes beneficiando os homens, estejam caminhando para uma neutralidade em relação ao gênero, ainda que distante dessa realidade.

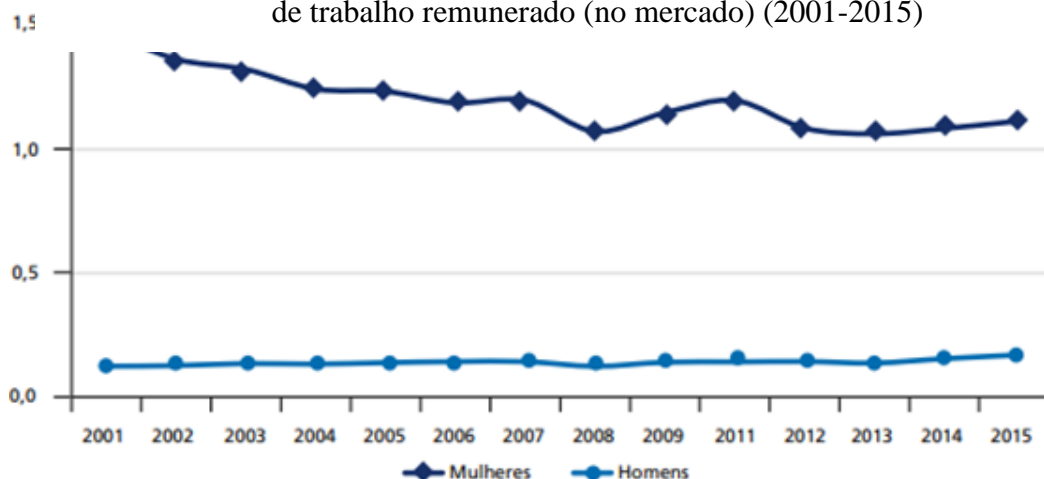
3.2. Cenário brasileiro

No que se refere ao Brasil, no período de 2001 a 2015, Barbosa (2018) também observou importantes mudanças em relação ao uso do tempo dedicado ao trabalho remunerado (no mercado) e ao não remunerado (em afazeres domésticos). Nas horas despendidas em afazeres domésticos, verifica-se uma queda significativa para as mulheres e um leve aumento para os homens.

A autora revelou que no Brasil, até 2014, também houve aumento nas horas dedicadas ao mercado de trabalho entre as mulheres. Os homens, por outro lado, apresentaram uma redução de cinco horas semanais no período.

Percebe-se, na Figura 3, que as diferenças entre homens e mulheres se mantêm bastante elevadas, ainda que esteja reduzindo. As estatísticas sugerem que, enquanto as mulheres estão se dedicando cada vez menos ao trabalho doméstico, os homens lentamente têm se dedicado um pouco mais à essa atividade

Figura 3- Razão entre horas de trabalho não remunerado (afazeres domésticos) e horas de trabalho remunerado (no mercado) (2001-2015)



Fonte: Barbosa, 2018, a partir de dados da PNAD/IBGE

Todavia, fica claro, ao observar a figura, que a convergência dos valores tem sido por um movimento muito maior das horas femininas. Essa convergência, vale ressaltar, pode ser consequência tanto da redução das horas femininas dedicadas aos afazeres domésticos como do aumento das suas horas de trabalho remunerado.

Além disso, com base nos dados da PNAD de 2004, Marri e Wajnman (2007) destacam que, entre as famílias com casais com duplo rendimento do trabalho, aquelas nas quais as esposas eram as provedoras principais perfaziam 17%, menor do que os resultados apresentados anteriormente, para outros países (CROMPTON; GERAN, 1995; US BUREAU OF STATISTICS, 2005; WINKLER et.al., 2005), mas ainda um percentual considerável.

4. HIPÓTESES

Este capítulo apresenta as hipóteses a serem verificadas nos resultados, com base em evidências empíricas observadas em outras pesquisas. A partir de estudos realizados, elaborou-se 4 principais hipóteses.

4.1. Dedicção ao trabalho não remunerado em relação ao cônjuge

A teoria que embasa a primeira hipótese é o modelo de barganha. De acordo com o modelo, o trabalho não remunerado é uma atividade desagradável, cuja obrigação os indivíduos tentam transferir ao outro (SPITZER; HAMMER, 2017). O poder de barganha, então, influencia a capacidade daquele indivíduo evitar estas tarefas e os fatores que determinarão esse nível de poder podem ser socioeconômicos ou demográficos, como escolaridade, renda, raça, gênero, a posição no mercado de trabalho (BLOOD; WOLFE, 1960; BRINES, 1994; KITTERØD; LAPPEGÅRD, 2010).

Neste sentido, espera-se que as mulheres provedoras, por terem salários mais altos, elevem seu poder de barganha, e por tanto, tenham horas dedicadas aos afazeres domésticos menos desiguais em comparação aos seus cônjuges, quando comparado às mulheres não provedoras.

Essa hipótese é apoiada por Aytac (1990) que descobriu que os homens, americanos e suecos, na década de 80, cujas esposas são as tomadoras de decisão no trabalho, tinham mais probabilidade de compartilhar o trabalho doméstico do que os homens cujas esposas não têm tal autoridade. Isso também foi observado em estudo realizado por Budig e Lim (2016) entre

americanos, encontrando ganhos por especialização para as mulheres dos anos 80. A hipótese também é apoiada pela visão de que a maioria das famílias contemporâneas com dupla renda são casais que compartilham a gestão econômica e doméstica da família de forma um pouco mais colaborativa do que os maridos e esposas do passado recente (BARNETT E RIVERS, 1996).

Porém, apesar de se esperar uma redução da desigualdade de horas dedicadas aos afazeres domésticos, espera-se que as mulheres, mesmo as provedoras, continuem a fazer a maior parte do trabalho, conforme demonstrado por alguns estudos (KAMO 1991; SHELTON E JOHN 1993; ROGERS E AMATO, 2000).

4.2. Condição financeira do cônjuge

A segunda hipótese vai na direção de estudo realizado por Winkler (1998) e Marri e Wajnman (2007), que observaram que as mulheres provedoras estavam unidas com homens cujo salário era mais baixo comparativamente a outros homens (WINKLER, 1998; MARRI E WAJNMAN, 2007). Assim, espera-se que as mulheres provedoras tenham cônjuges cuja renda se concentra no quintil mais baixo da distribuição dos rendimentos do trabalho masculino. Com esta hipótese, pretende-se avaliar se o fato das mulheres serem as principais provedoras da renda do casal decorre de uma posição da mulher no mercado de trabalho relativamente mais vantajosa do que das demais mulheres, ou se isso ocorre por uma contingência dos salários mais baixos dos seus cônjuges.

4.3. Nível educacional

Nesta hipótese, espera-se que as mulheres provedoras tenham escolaridade mais elevadas que as demais mulheres. De acordo com estudo realizado por Marri e Wajnman (2007), famílias em que as mulheres apresentavam escolaridade igual ou superior a 12 anos de estudo possuíam maior probabilidade de a esposa ser a principal provedora financeira, comparativamente às mulheres com menos de 3 anos de escolaridade.

Além disso, com base nos resultados encontrados em estudo realizado por Bloemen e Stancanelli (2007), focado para a França em 2002, e estudo realizado em 2005 por Winkler et al (2005), para os EUA, no qual foi encontrado uma probabilidade marginal maior de que a mulher seja a provedora quando ela tem o nível de educação mais alto que o do cônjuge, espera-se, também, que o nível educacional das mulheres provedoras seja maior que do seu respectivo

cônjuge. Assim, as mulheres com maior escolaridade do que seus parceiros são menos dependentes economicamente deles (BIANCHI et al. 1999) e mais propensas a fornecer a maior parte da renda familiar (RALEY et al. 2006, BLOEMAN et al.2013).

4.4. Idade das mulheres

E por fim, na última hipótese, tem-se como apoio os resultados apresentados por Marri e Wajnman (2007), que descobriram que, em comparação às demais trabalhadoras, aquelas provedoras eram, em média, 2 anos mais velhas. A idade é utilizada como uma proxy da experiência no mercado de trabalho. Neste sentido, sugerindo uma relação deste capital humano com aumento da renda do trabalho, a partir desta hipótese espera-se que as mulheres provedoras, em comparação às não provedoras, tenham idades mais elevadas.

5. DADOS E METODOLÓGIA

O presente capítulo busca detalhar a escolha metodológica utilizada no estudo, dando-se destaque à caracterização da pesquisa, à delimitação do ambiente e dos sujeitos que participaram da pesquisa, o banco de dados, seleção amostral e, por fim, à técnica adotada para análise destes dados.

Este capítulo apresenta a fonte de dados, as variáveis selecionadas, a descrição da amostra e o modelo utilizado para a análise, que busca examinar as mulheres que possuem maior participação relativa na renda domiciliar e como essas mulheres se diferem das demais.

O objetivo de trabalho é examinar as características demográfica e socioocupacional que estão correlacionadas com a probabilidade de que a mulher seja a provedora financeira e observar se, nos casos em que a mulher é a provedora, há de fato uma reversão dos padrões tradicionais de gênero, tanto no que se refere ao trabalho remunerado, quanto ao trabalho doméstico. Ou se, alternativamente, as mulheres estão apenas acumulando responsabilidades.

5.1.Banco de dados

A variável de interesse é peso da renda feminina na renda familiar, utilizando a proporção da renda feminina na renda total do casal, que caracterizará o nível da participação financeira atribuída à mulher. Uma das variáveis explicativas será o diferencial de horas dedicadas ao trabalho doméstico entre a mulher e seu cônjuge. Portanto, em termos de

informações sobre tempo de trabalho doméstico com representatividade nacional, para alcance dos objetivos deste trabalho, utiliza-se como fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), conduzida anualmente pelo IBGE, para o ano de 2019, para a região urbana do Brasil. Assim, tem-se resultados a partir de dados mais recentes e atualizados. A PNAD constitui uma das mais importantes fontes de informação sociodemográfica e econômica da população brasileira com abrangência nacional.

A PNAD Contínua do IBGE investiga, dentre outros temas, informações sobre o uso do tempo da população brasileira quanto a outras formas de trabalho. A pesquisa define como outras formas de trabalho: afazeres domésticos, o cuidado de pessoas, o trabalho voluntário e a produção para o próprio consumo, ou seja, são atividades consideradas trabalho, ainda que não precificado ou tratado como parte do Produto Interno Bruto - PIB do País. (IBGE, 2019). No entanto, este trabalho aborda apenas as duas primeiras formas de trabalho não remunerado: afazeres domésticos, o cuidado de pessoas.

A amostra se restringe às mulheres que estão na faixa etária de 25 a 50 anos, unidas a um cônjuge de sexo oposto, ambos com alguma ocupação econômica e rendimento positivo. A escolha de mulheres ocupadas que residem com cônjuge de sexo oposto também ocupado se dá devido ao interesse na variação na divisão do trabalho doméstico destes domicílios, quando ambos têm ocupações remuneradas e, portanto, ambos poderiam compartilhar de divisões de tempo relativamente semelhantes devido às suas obrigações.

Com o aumento da escolaridade, as mulheres tendem a entrar no mercado de trabalho mais tarde. Segundo estudo realizado por Santos (2018) a idade média na qual as mulheres entram no mercado de trabalho subiu de 15,14 anos em 1970 para 17,56 anos em 2010.

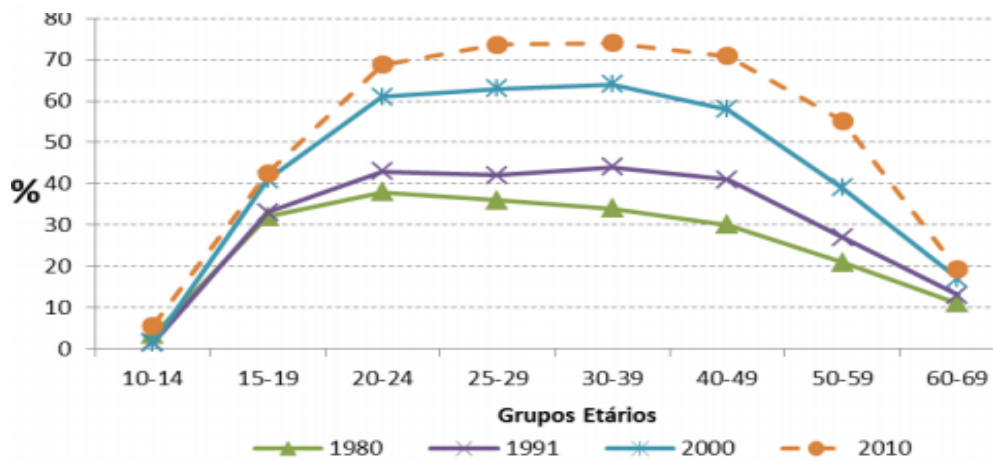
Além disso, Santos (2018) também observa um descolamento das curvas de proporção de pessoas alguma vez unidas em 2010 para as idades acima de 25 anos. Portanto, a escolha da faixa etária feminina de 25 a 50 anos se deu para que seja possível observar as nuances em pequenos grupos de idade e abordar mulheres com escolaridades mais avançadas, bem como maior tempo de experiência profissional, mas ainda comparáveis do ponto de vista das responsabilidades familiares.

Por outro lado, conforme é possível observar na Figura 4, a partir de 2010, ocorreu um deslocamento à direita da curva de taxas de participação feminina. Assim, as coortes de

mulheres que experimentaram volumes mais elevados de entrada no mercado de trabalho estão na faixa de 40-49 anos em 2010.

A amostra então foi delimitada a mulheres entre 25 e 50 anos, de área urbana, cuja condição no domicílio era de responsável ou cônjuge do sexo oposto, residentes em mesmo domicílio que companheiro do sexo oposto com ou sem filhos. Marri e Wajnman (2004) destacam que a posição de chefe (ou de pessoa de referência, renomeado a partir da PNAD de 1992) não necessariamente é o indivíduo cuja parcela na remuneração domiciliar seja a principal, ou seja, não é necessariamente definida por um critério econômico-financeiro. A resposta é auto declaratória, portanto, é definido por identificação pessoal dos indivíduos.

Figura 4 - Taxas de atividades específicas femininas no Brasil (1980 - 2010)



Fonte: Pinheiro, 2012, a partir dos Dados dos Censos demográfico do IBGE

Selecionou-se, também, apenas mulheres ocupadas cujo rendimento é positivo unidas com cônjuges ocupados com rendimento maior que zero com o propósito comparativo entre a mulher e seu cônjuge.

A Pnad considera como trabalho principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nessa semana e, para aqueles com mais de um trabalho na semana de referência, define como principal aquela ocupação em que a pessoa trabalhava normalmente maior número de horas semanais. O rendimento de todos os trabalhos, portanto, foi calculado somando todos os rendimentos declarados.

Para analisar a parte de cuidados e trabalhos não remunerados, a PNAD define afazeres domésticos e de cuidados como a realização de tarefas ou atividades que não se enquadram no conceito de trabalho remunerado. Portanto, para análise do tempo dedicado aos afazeres não

remunerados, utilizou-se o total de horas dedicadas a essas atividades por semana.

No que tange mensurações a respeito dos trabalhos remunerados, serão observados os números de trabalhos, horas dedicadas ao trabalho remunerado, posição no mercado remunerado, nível de instrução educacional, dentre outras características necessárias para compreender o papel do indivíduo no mercado de trabalho

5.2. Metodologia

O recorte deste estudo se restringiu a mulheres que residem com cônjuge de sexo oposto. Para isso, atribuiu-se às mulheres todas as características de seus respectivos cônjuges abarcados conforme apresentado na sessão anterior, a partir da identificação do número de domicílio de cada indivíduo. Destaca-se que essa forma de seleção se deu por dois motivos: o primeiro é o fato de que, pelos dados colhidos pela Pnad Contínua, não é possível ter informações referentes especificamente ao estado conjugal. Essa informação apresentaria mulheres que possuem atualmente um cônjuge, residindo ou não com o respectivo. Isso nos leva ao segundo fator, que é a relevância em identificar mulheres que residem em mesmo domicílio com seus cônjuges, uma vez que este estudo se propõe a ponderar a participação da renda da mulher na renda do casal. Neste sentido, para analisar a forma de compartilhamento de recursos e trabalho doméstico, é necessário realizar essa seleção, uma vez que busca-se observar como se dá a dinâmica conjugal, a partir de comparações não apenas salariais como também de dispêndio de tempo nos afazeres domésticos. Destaca-se que, assim, este estudo não analisou mulheres cuja relação no domicílio não se enquadra em responsável ou cônjuge.

Portanto, ressalta-se também a necessidade de selecionar, dentre as mulheres unidas, aquelas que possuem remuneração positiva e com parceiros também ocupados. Essa premissa se dá devido ao interesse na variação na divisão do trabalho doméstico destes domicílios, quando a mulher é a provedora e ambos têm ocupações remuneradas.

Mulheres que não residem com cônjuge e não possuem renda foram excluídas da análise. Os residentes de áreas rurais também foram excluídos para evitar grandes heterogeneidades de contextos sociais, uma vez que tanto a dinâmica de participação na atividade econômica, quanto a composição familiar da renda, são diferentes entre os contextos urbanos e rurais

A Tabela 1 apresentada abaixo descreve as etapas de recorte da amostra final, a partir

dos critérios definidos para seleção das mulheres de interesse para este estudo. Assim, observou-se que, em 2019, as famílias de núcleo composto (com responsável e cônjuge), da região urbana, perfaziam 58,93% do total de famílias (Tabela 1). Entre as famílias com núcleo composto, 59,17% deste grupo, ou 34,87% do total de famílias, tinham mulheres entre 25 e 50 anos de idade. E dessas mulheres 19,76% do total de famílias, tinham renda maior que zero e estavam unidas com homens que também possuíam renda positiva.

Tabela 1 - Recorte da amostra a partir dos critérios de seleção

| Recorte da Amostra | N. de Observações | Tamanho | % em relação ao total de famílias | % em relação ao último recorte |
|--|--------------------------|---------------------|--|---------------------------------------|
| Amostra inicial: Total de famílias urbanas | 109.187 | 62.860.946,2 | 100,00% | |
| Mulheres que residem com cônjuge do sexo oposto (famílias compostas) | 63.847 | 37.046.598,1 | 58,93% | 58,93% |
| Selecionando mulheres de 25 a 50 anos | 37.627 | 21.920.978 | 34,87% | 59,17% |
| Apenas mulheres ocupadas que residem com cônjuge também ocupado | 21.254 | 14.976.980 | 23,83% | 68,32% |
| Apenas mulheres com renda maior que zero que possuam cônjuges com renda maior que zero | 20.701 | 12.421.630 | 19,76% | 82,94% |
| Amostra final após aplicação dos filtros: | 20.701 | 12.421.630,3 | 19,76% | 100% |

Fonte: Elaboração própria

Optou-se por trabalhar com 3 categorias de participação. Isso, porque teremos uma expressiva concentração de mulheres que recebem mais que seus maridos – chamadas de neutras. Estas, neste trabalho, serão consideradas neutras uma vez que não estão nem na classificação não provedora (contribuindo menos que seus cônjuges) nem na categoria provedora (que contribuem com mais da metade da renda do casal). É interesse tentar entender quem são essas mulheres e se essa equidade salarial tem alguma influencia no valor do salário mínimo estipulado no Brasil.

Na Tabela 2 é apresentada a distribuição das mulheres em cada categoria da variável dependente. É possível observar que, aproximadamente, 17% dessas observações se concentram no valor exato de 50% da proporção da renda do casal. Com participação abaixo desse valor, estão concentradas aproximadamente 63% das mulheres e 20,5% se encaixam na classificação aqui utilizada de “mulheres provedoras”, cuja participação relativa na renda do casal é acima de 50%.

Tabela 2 - Distribuição das mulheres por participação relativa na renda do casal

| Participação da renda da mulher na renda do casal | Frequência | % de mulheres na amostra |
|---|-------------------|--------------------------|
| < 50% | 7784635,71 | 62,67% |
| 50% | 2080623,075 | 16,75% |
| > 50% | 2556371,51 | 20,58% |
| Total | 12421630,3 | 100% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

5.3. Modelo Logístico Multinomial

O Modelo Logístico Multinomial é a análise de regressão a realizar quando a variável dependente é nominal com mais de dois níveis (ou categorias). Assim, é usada para prever o posicionamento categórico ou a probabilidade associada à categoria de uma variável dependente com base em várias variáveis independentes, sendo então uma análise preditiva. (STARKWEATHER E MOSKE, 2016). Assim, o modelo logístico multinomial parece ser o mais apropriado para análise proposta por este trabalho, já que a variável resposta contém mais de duas categorias.

Seja Y_i uma variável resposta aleatória categórica, conseqüentemente $Y_i=0,1,2,...m$. No caso desse estudo, o Y_i é o nível de participação composta por três categorias, podendo ser provedora, neutra ou não provedora. Assume-se que as categorias são mutuamente exclusivas.

O Modelo Logístico Multinomial faz uso dos logitos generalizados, logaritmos da razão entre probabilidades de ocorrência das categorias de resposta (AGRESTI, 2002). O logito, que é uma variável contínua, é calculado como o logaritmo natural da chance (razão entre a ocorrência e a não-ocorrência).

A chance é dada então por:

$$Z_{mi} = \ln \left(\frac{\rho_{mi}}{1-\rho_{mi}} \right); \rightarrow e^{(z_{mi})} = \left(\frac{\rho_{mi}}{1-\rho_{mi}} \right)$$

Onde:

Z_{mi} = Logito;

ρ_{mi} = Probabilidade de Ocorrência;

$e^{(z_{mi})}$ = chance

Sabendo então que i = cada caso de uma Amostra de Tamanho n , tem-se:

$$Y_i \in \{1, 2, \dots, M\}; m = 0 \dots M-1$$

Onde:

- Y_i = Variável Dependente ($Y_i = 0; 1; 2; \dots$);

neste estudo: $Y_0 = \text{não provedoras}$; $Y_1 = \text{neutras}$ e $Y_2 = \text{provedoras}$

O somatório de todos Y_{mi} para cada caso é sempre igual 1, pois é esperado que cada caso se encaixe em apenas 1 das m categorias

$$z_{0i} = 0; e^{z_{0i}} = e^0 = 1$$

- Z_{0i} = Logito da Categoria 0

(Categoria de Referência = não provedoras);

$$z_{mi} = \beta_{m0} + \beta_{m1}X_{m1} \dots + \beta_{mk}X_{mk}$$

$$\rho_{mi} = \left(\frac{e^{z_{mi}}}{\sum_{m=0}^{M-1} e^{z_{mi}}} \right); m=0 \dots M-1$$

- M = Quantidade Total de categorias da Variável Dependente

no caso deste trabalho, $M = 3$

- m = Número de Categorias Codificado de 0 até $M - 1$;

$m = 0, 1, 2$

- B_0 = Constante;
- B_{mk} = Coeficientes de Regressão;
- X_{ik} = Variável Independente k (Preditor k) contínua ou categórica.

Assim, a probabilidade de ocorrência para cada categoria é dada por:

Probabilidade de que a mulher seja não provedora (categoria de referência):

$$\rho_{0i} = \left(\frac{1}{1 + e^{z_{1i}} + e^{z_{2i}}} \right)$$

Probabilidade de que a mulher seja neutra:

$$\rho_{1i} = \left(\frac{e^{z_{1i}}}{1 + e^{z_{1i}} + e^{z_{2i}}} \right)$$

Probabilidade de que a mulher seja provedora:

$$\rho_{2i} = \left(\frac{e^{z_{2i}}}{1 + e^{z_{1i}} + e^{z_{2i}}} \right)$$

Além disso, também é observado o risco relativo (RR). Um risco relativo envolve uma

comparação de dois grupos em termos de risco (ou probabilidade) de um determinado resultado. No contexto da regressão logística, o risco relativo é calculado como uma razão entre a probabilidade (risco) de um caso cair em um grupo/categoria de comparação e a probabilidade (risco) de o caso pertencer ao grupo/ categoria de base (categoria de referência), condicionado aos preditores no modelo (OSBORNE, 2015).

Ou seja, o risco relativo de uma categoria $Y_i = m$ e a categoria de referência ($Y_i = 0$), para x_k é dado por:

$$RR = \left(\frac{\rho(y_i=m | X_i=x_k)}{\rho(y_i=m | X_i=x_0)} \right) \cdot \left(\frac{\rho(y_i=0 | X_i=x_k)}{\rho(y_i=0 | X_i=x_0)} \right) e^{(\beta_{mk}(x_k - x_0))}$$

Assim, é interpretado como, mantendo as demais variáveis constantes, somando-se uma unidade na variável x_k , podemos calcular a mudança multiplicativa prevista no risco relativo (risco de cair em um grupo de comparação em relação ao risco de cair no grupo base).

Em geral, se um RR for maior que 1, isso indica que, com valores crescentes na variável, há um aumento da probabilidade de um caso cair na categoria de comparação e diminui o risco de cair na categoria de referência. Se o RR for menor que 1, isso indica que, com valores crescentes na variável, há diminuição do risco de um caso cair no grupo de comparação e aumento do risco de o caso cair na categoria de linha de base. Se o RR for igual a 1, não há relação entre a variável e o risco de cair no grupo de comparação em relação a categoria de referência.

A seguir, serão apresentados os resultados encontrados na análise descritiva e do modelo da regressão utilizada.

6. RESULTADOS

Este capítulo está dividido em duas seções. A seção 6.1 apresenta a análise descritiva da amostra, em termos da proporção de participação da renda da mulher sobre a renda do casal. A segunda traz os resultados da regressão sobre as características demográfica e socioocupacional que estão correlacionadas com a probabilidade de que a mulher seja a provedora financeira do casal.

Abaixo, é apresentado a tabela descritiva, com a distribuição de todas as variáveis por

categoria e no total da amostra.

Tabela 3 – Características e distribuição das mulheres por variáveis selecionadas, segundo categorias de participação na renda do casal

| Variáveis | Distribuição por Categoria | | | Total na amostra |
|---|----------------------------|---------------|---------------|------------------|
| | Não provedora | Neutra | Provedora | |
| Idade mulher (média) | 37,55 | 38,19 | 38,63 | 37,88 |
| Diferença de idades entre a mulher e seu respectivo cônjuge (média) | -3,294 | -2,690 | -2,143 | -2,9556 |
| Diferença de anos de estudo da mulher com seu respectivo cônjuge (média) | 0,743 | 1,152 | 2,81 | 0,9966 |
| Anos de estudo da mulher (média) | 12,071 | 12,179 | 13,310 | 12,3443 |
| Proporção de horas trabalhadas não remuneradas da mulher em relação as horas trabalhadas não remuneradas totais do casal (média) | 67,30% | 63,56% | 61,13% | 65,41% |
| Raça da mulher | | | | |
| Branca | 63,01% | 17,33% | 19,66% | 47,22% |
| Preta | 61,51% | 15,87% | 22,62% | 9,44% |
| Parda | 63,02% | 17,07% | 19,91% | 42,22% |
| Outras | 54,58% | 24,03% | 21,39% | 1,03% |
| Total | 62,67% | 16,75% | 20,58% | 100% |
| Região da mulher | | | | |
| Norte | 60,07% | 16,27% | 23,66% | 6,34% |
| Nordeste | 59,97% | 18,33% | 22,91% | 19,81% |
| Sudeste | 63,45% | 17,07% | 19,48% | 46,91% |
| Sul | 64,42% | 17,41% | 18,18% | 17,83% |
| Centro-Oeste | 66,38% | 15,12% | 18,50% | 9,11% |
| Total | 62,67% | 16,75% | 20,58% | 100% |
| Escolaridade da mulher | | | | |
| 1 a 3 anos completos de estudos | 65,78% | 19,28% | 14,94% | 1,52% |
| 4 anos completos de estudos | 67,83% | 11,57% | 20,61% | 1,01% |
| 5 a 7 anos completos de estudos | 67,79% | 18,99% | 13,22% | 8,31% |
| 8 anos completos de estudo | 71,72% | 15,57% | 12,72% | 2,59% |
| 9 a 11 anos completos de estudos | 67,97% | 18,03% | 13,99% | 11,89% |
| 12 anos completos de estudo | 66,84% | 17,07% | 16,09% | 37,58% |
| 13 ou mais anos completos de estudos | 55,01% | 16,71% | 28,27% | 37,10% |
| Total | 62,67% | 16,75% | 20,58% | 100% |
| Presença de filho | | | | |
| Não tem filhos | 57,75% | 19,29% | 22,96% | 21,09% |
| Pelo menos 1 filho de 0 a 5 anos | 64,08% | 14,79% | 21,13% | 13,22% |
| Pelo menos 1 filho de 6 a 14 anos | 65,76% | 16,15% | 18,09% | 30,45% |
| Pelo menos 1 filho com 15 anos ou mais | 62,82% | 17,83% | 19,35% | 35,24% |

| | Total | 62,67% | 16,75% | 20,58% | 100% |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|
| Quartil da renda do cônjuge em relação a renda de todos os cônjuges | | | | | |
| 1q | 33,70% | 29,17% | 37,13% | 18,74% | |
| 2q | 58,48% | 17,39% | 24,14% | 22,43% | |
| 3q | 68,20% | 14,52% | 17,28% | 18,64% | |
| 4q | 71,75% | 13,94% | 14,30% | 20,36% | |
| 5q | 77,70% | 12,71% | 9,59% | 19,82% | |
| Total | 62,67% | 16,75% | 20,58% | 100% | |
| Posição da ocupação no mercado de trabalho | | | | | |
| Empregado formal | 57,64% | 16,82% | 25,54% | 55,48% | |
| Empregado informal contribuinte | 63,30% | 10,67% | 26,04% | 4,70% | |
| Empregado informal não contribuinte | 67,01% | 20,20% | 12,80% | 6,42% | |
| Trabalhador doméstico formal | 68,61% | 14,20% | 17,20% | 4,07% | |
| Trabalhador doméstico informal contribuinte | 71,67% | 14,88% | 13,44% | 1,54% | |
| Trabalhador doméstico informal não contribuinte | 83,00% | 6,66% | 10,34% | 6,55% | |
| Autônomos contribuinte | 57,39% | 28,79% | 13,82% | 7,83% | |
| Autônomos não contribuinte | 72,36% | 18,82% | 8,82% | 13,40% | |
| Total | 62,67% | 16,75% | 20,58% | 100% | |
| Grupo de empreendimento | | | | | |
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura | 44,64% | 42,81% | 12,54% | 0,79% | |
| Indústria geral | 64,48% | 17,64% | 17,89% | 10,43% | |
| Construção | 53,67% | 32,29% | 14,05% | 0,65% | |
| Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas | 64,37% | 21,53% | 14,10% | 19,71% | |
| Transporte, armazenagem e correio | 53,49% | 19,84% | 26,68% | 1,44% | |
| Alojamento e alimentação | 59,64% | 24,70% | 15,67% | 6,57% | |
| Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas | 61,77% | 17,48% | 20,75% | 11,69% | |
| Administração pública, defesa e seguridade social | 53,31% | 15,58% | 31,12% | 5,47% | |
| Educação, saúde humana e serviços sociais | 55,83% | 12,48% | 31,70% | 23,82% | |
| Outros Serviços | 70,41% | 15,02% | 14,57% | 7,90% | |
| Serviços domésticos | 76,72% | 10,26% | 13,02% | 11,50% | |
| Atividades mal definidas | 41,31% | 25,23% | 33,46% | 0,03% | |
| Total | 62,67% | 16,75% | 20,58% | 100% | |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

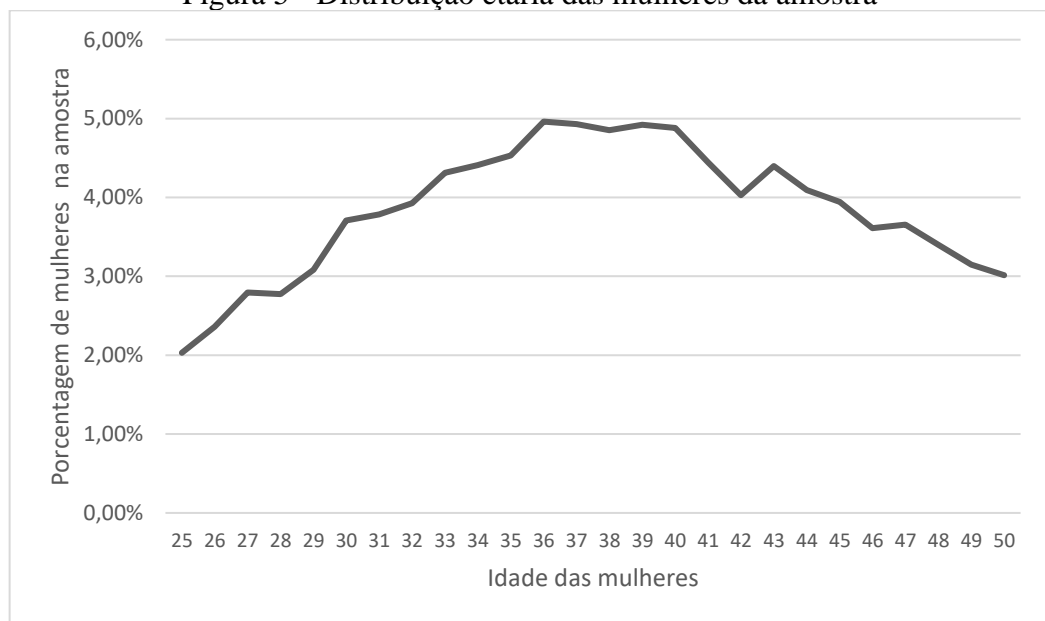
Na próxima sessão são apresentadas as distribuições de cada variável aqui apresentada de forma individual.

6.1. Análise Descritiva

Para o momento inicial, é importante compreender as características da amostra selecionada para esse estudo, cujos critérios foram apresentados anteriormente. No que se refere à distribuição etária, conforme apresentado na Figura 5, há uma concentração das mulheres principalmente nas idades entre 32 e 42 anos, abarcando 50% das observações entre esse intervalo. A faixa etária feminina em relação ao seu parceiro é, em média, aproximadamente 3 anos a menos. Essas idades médias, femininas e masculina, são respectivamente 38 anos e 41 anos.

Esse resultado pode ser consequência do envelhecimento populacional. De acordo com o IBGE (2019), a distribuição da população residente do país por grupos etários mostrou a tendência de queda da proporção de pessoas abaixo de 30 anos de idade. Em contrapartida, a população acima de 30 anos de idade registrou um crescimento em 2019 (IBGE, 2019)

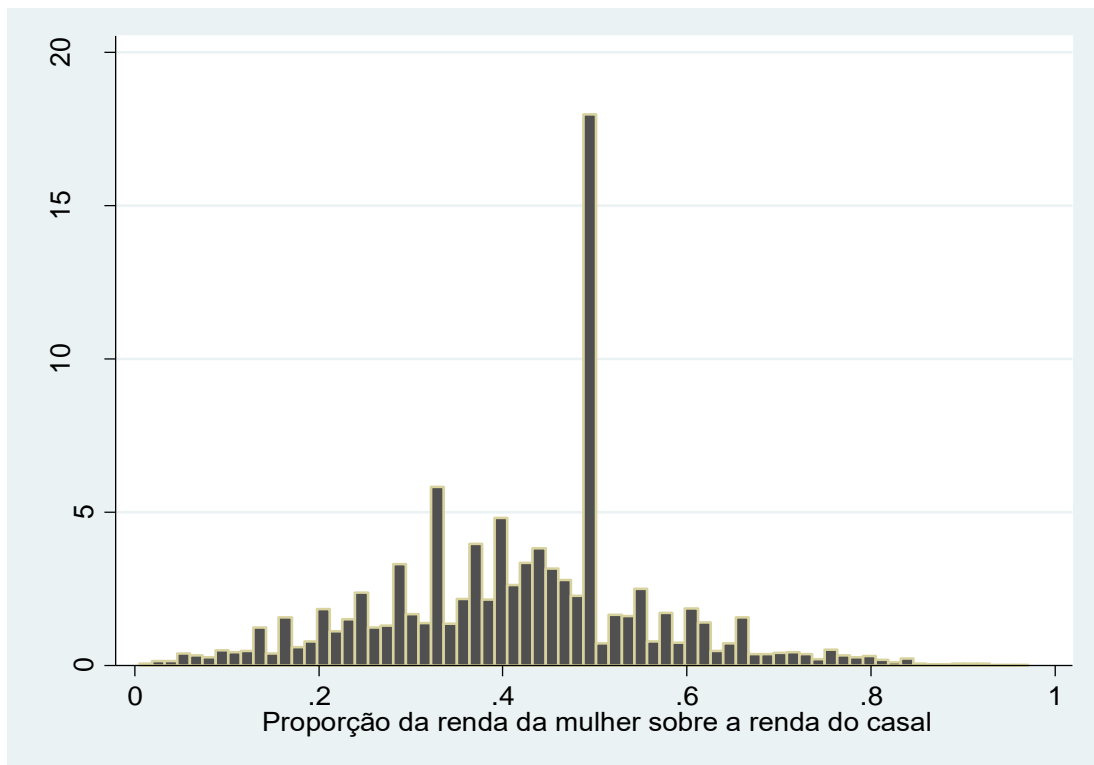
Figura 5 - Distribuição etária das mulheres da amostra



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Quanto à variável de interesse deste trabalho, a proporção da renda feminina na renda total do casal, apenas 20% das mulheres recebem mais que seus maridos, contribuindo com mais metade da renda do casal, enquanto 80% recebem menos ou igual ao cônjuge e contribuem com menos da metade da renda do casal.

Figura 6- Proporção da renda feminina sobre a renda do casal



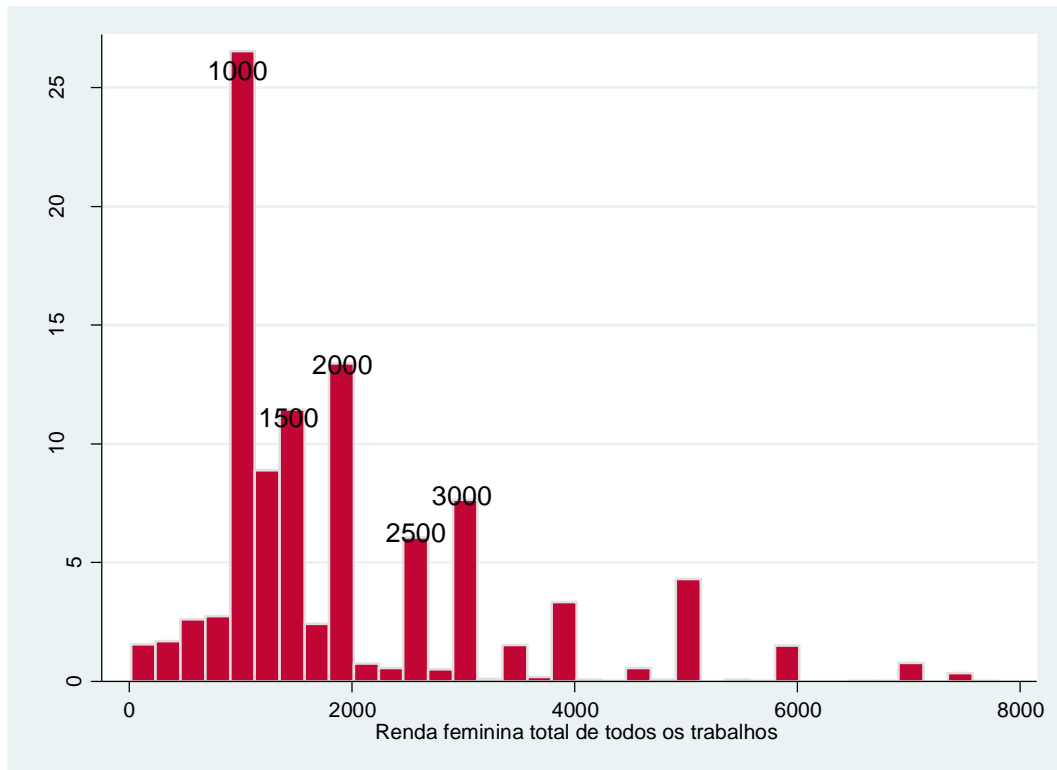
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Na Figura 6 observa-se um pico na participação exata de 50% em relação às demais participações relativas, realçando essa concentração em relação às demais proporções.

Essa concentração, de 17%, da amostra na proporção exata de 0.5 é ocasionada pelo salário-mínimo (SM), e seus múltiplos, vigente no ano de 2019 estipulado pelo Decreto Federal nº 9.661/ 2019 (R\$998,00 ou por aproximação R\$1000,00, por preferência digital). A figura abaixo demonstra que aproximadamente 26% estão na faixa do salário-mínimo e os demais picos possuem relação com o valor: 10% concentrados em 1/5 SM.12% com 2 salários-mínimos, 7% com 2/5 SM e 7,5% com 3 salários-mínimos.

Esses picos em valores que podem ter relação com o salário-mínimo podem ser observados na figura 7, que apresenta a distribuição de renda de todos os trabalhos das mulheres que estão dentro da categoria aqui denominada como neutra.

Figura 7 - Renda de todos os trabalhos da mulher classificada na categoria neutra



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Portanto, optou-se por separar aquelas que contribuem exatamente com 50% da renda do casal, por haver uma proporção considerável de mulheres neste nível de provisão. Além disso, é a divisão exata que separa aquelas que tem se chamado neste trabalho de provedoras. Apesar deste trabalho ter considerado como não provedoras também as mulheres que contribuem com 50% da renda do casal, para análise ela será classificada como “neutra”, uma vez que se trata de mulheres cuja contribuição na renda é exatamente a mesma que seu cônjuge. Como essas mulheres, concentradas na categoria “neutra”, estão na faixa do valor estipulado pelo salário-mínimo, é possível que elas tenham características distintas das provedoras e não provedoras. Neste sentido, não necessariamente podem estar com condições melhores que as não provedoras, mas, considerando a faixa salarial, é possível que estejam em trabalhos formais, seguindo as regras trabalhistas, podendo não estar em uma melhor posição no mercado de trabalho ou com escolaridade mais elevada. Além disso, o valor salarial regido por decreto tanto destas mulheres como dos seus respectivos cônjuges pode também reduzir os diferenciais entre os parceiros, como diferença de escolaridade e/ou de idade. Desta forma, é possível conferir o perfil nos diferentes níveis de participação da renda da mulher na renda do casal e como eles se

distanciam daquelas que se encontram igualmente provedoras em relação aos seus cônjuges.

Para evitar que os outliers dos valores da renda total enviesassem o resultado, utilizou-se, para a identificação de outliers, o intervalo interquartil, considerando como aqueles valores que estão à 3 intervalos interquartis inferior ao primeiro quartil e superior ao terceiro quartil, retirando-se então os chamados outliers extremos.

Assim, considerou-se apenas as rendas femininas abaixo de R\$8.000,00 e dos cônjuges, abaixo de R\$10.000,00. As observações descartadas representam aproximadamente 5% da amostra inicial (referente à 20.701 observações).

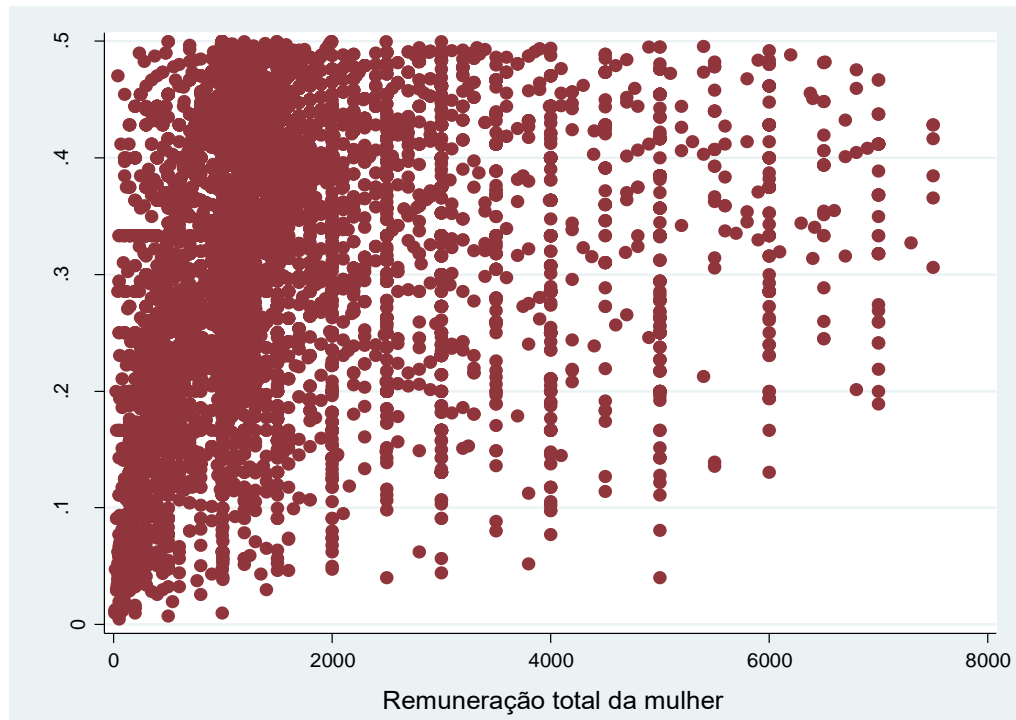
Tabela 4 - Categorização das mulheres de acordo com as categorias de participação na renda do casal

| Categoria | Proporção da renda da mulher na renda do casal |
|-----------------------|---|
| Não provedoras | < 50% |
| Neutras | = 50% |
| Provedoras | > 50% |

Fonte: Elaboração própria

Ainda que essa divisão busque compreender melhor as especificidades destes perfis, é possível que ocorra uma heterogeneidade das características das mulheres dentro de cada categoria. Observando como a participação da mulher se comporta em cada uma delas, ou seja, como as mulheres estão distribuídas dentro de cada classificação do nível de participação da renda da mulher na renda total do casal, usou-se tanto a mediana quanto a média, além das Figuras abaixo que ilustram melhor a distribuição:

Figura 8 - Renda de todos os trabalhos da mulher de acordo com sua participação relativa na renda do casal, entre as mulheres não provedoras



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

A mediana do grupo de não provedoras é de R\$1.200 e média R\$1.432,82. A distribuição das mulheres nos níveis de participação desta categoria é simétrica, (mediana 35% e média 33%), contudo a renda se concentra nos valores mais baixos, com menos mulheres nessa categoria recebendo valores mais altos. Na categoria das mulheres cuja participação relativa é exatamente de 50%, a mediana das rendas é de R\$1500 e a média observada entre elas é de R\$1982,06. Isso também nos demonstra uma distribuição enviesada para a direita, apresentando poucas mulheres recebendo uma renda maior do que as demais.

Já a mediana da renda total das mulheres provedoras é de R\$2.200,00, com média de R\$ 2.728,97. Esses valores podem sugerir que há menos mulheres recebendo maiores valores nesta categoria. Além disso, percebe-se que essas mulheres estão mais presentes em níveis de participação relativa na renda do casal próximos de 50%. A média e a mediana da participação relativa das mulheres na categoria de provedoras está em aproximadamente 60% da renda total do casal.

Figura 9 - Renda de todos os trabalhos da mulher de acordo com a participação relativa da sua renda na renda do casal – Mulheres provedoras



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Isso pode ser um indício das heterogeneidades dentro das categorias. Em todas as categorias consideradas, há uma assimetria da distribuição da renda das mulheres, havendo poucas mulheres com os salários mais altos dentro de cada classificação. Além disso, as mulheres provedoras estão muito próximas das neutras.

Para organização das cores/raças foi feita classificação em branca, preta, parda e outras, em que a última engloba amarela e indígena. Os valores de observações encontrados nas raças Amarela (0,59%) e Indígena (0,49%) foram pequenos e, por tanto, será analisado apenas se há diferenciais segundo branca, preta e parda. Das mulheres selecionadas, quase metade delas (47%) se autodeclaram brancas, 42% pardas e apenas 9% se autodeclaram negras. As demais são amarelas ou indígenas:

Tabela 5 - Distribuição das mulheres por raça

| Raça | Frequência | % de mulheres na amostra |
|---------------|-------------------|--------------------------|
| Branca | 5557364,4 | 47,22% |
| Preta | 1108097 | 9,44% |
| Parda | 4958172 | 42,22% |
| Outras | 120676,83 | 1,03% |
| Total | 11744311,1 | 100% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

A Tabela 6 apresentada a seguir ilustra a distribuição da participação relativa das mulheres dentro de cada raça, de acordo com as categorias definidas. O padrão de distribuição de mulheres é muito semelhante, e, aparentemente não há grandes variações na distribuição de mulheres em cada categoria por raça:

Tabela 6 - Distribuição das mulheres por raça em cada categoria de participação na renda do casal

| Raça | Não provedora | Neutra | Provedora | Total |
|---------------|----------------------|---------------|------------------|--------------|
| Branca | 63,01% | 17,33% | 19,66% | 100% |
| Parda | 61,51% | 15,87% | 22,62% | 100% |
| Preta | 63,02% | 17,07% | 19,91% | 100% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

No que se refere a distribuição de mulheres por região, percebe-se, como esperado, uma concentração de observações na região sudeste, com quase 50% da representação da amostra, seguindo da região nordeste, com aproximadamente 20%.

Tabela 7 - Distribuição das mulheres por região

| Região | Frequência | % de mulheres na amostra |
|---------------------|-------------------|---------------------------------|
| Norte | 743894,28 | 6,34% |
| Nordeste | 2324376,30 | 19,81% |
| Sudeste | 5504113,69 | 46,91% |
| Sul | 2092056,00 | 17,83% |
| Centro-Oeste | 1068908,03 | 9,11% |
| Total | 11733348 | 100,00% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

O resultado da observação por região por categoria nos apresenta leve diferença, sendo maior a proporção de mulheres provedoras nas regiões norte e nordeste e, em contrapartida, maior proporção de mulheres não provedoras nas regiões sul e centro-oeste. A partir da Tabela 8 abaixo, pode-se notar essa distribuição:

Tabela 8 - Distribuição das mulheres em cada em cada categoria de participação na renda do casal por região brasileira de residência

| Região | Não provedora | Neutra | Provedora | Total |
|-----------------|----------------------|---------------|------------------|--------------|
| Norte | 60,07% | 16,27% | 23,66% | 100% |
| Nordeste | 59,97% | 18,33% | 22,91% | 100% |
| Sudeste | 63,45% | 17,07% | 19,48% | 100% |
| Sul | 64,42% | 17,41% | 18,18% | 100% |

| | | | | |
|---------------------|--------|--------|--------|------|
| Centro-oeste | 66,38% | 15,12% | 18,50% | 100% |
|---------------------|--------|--------|--------|------|

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Além das características já apresentadas, a análise do uso do tempo e demonstra que as mulheres da amostra dispõem 5 horas a menos em trabalhos remunerados, em contrapartida, 9 horas a mais que seus cônjuges em cuidados e afazeres domésticos. Logo, ainda que exista diferenças entre as horas remuneradas, há um desequilíbrio da compensação quando comparado às horas não remuneradas.

A tabela 9 traz a média da proporção de horas não remuneradas da mulher nas horas não remuneradas total do casal por categoria e é possível observar que as mulheres não provedoras são responsáveis, em média, por 67% dessa dedicação, enquanto entre as provedoras, essa participação reduz para 62%. Destaca-se que em nenhuma das categorias, as mulheres são responsáveis por menos de 50%.

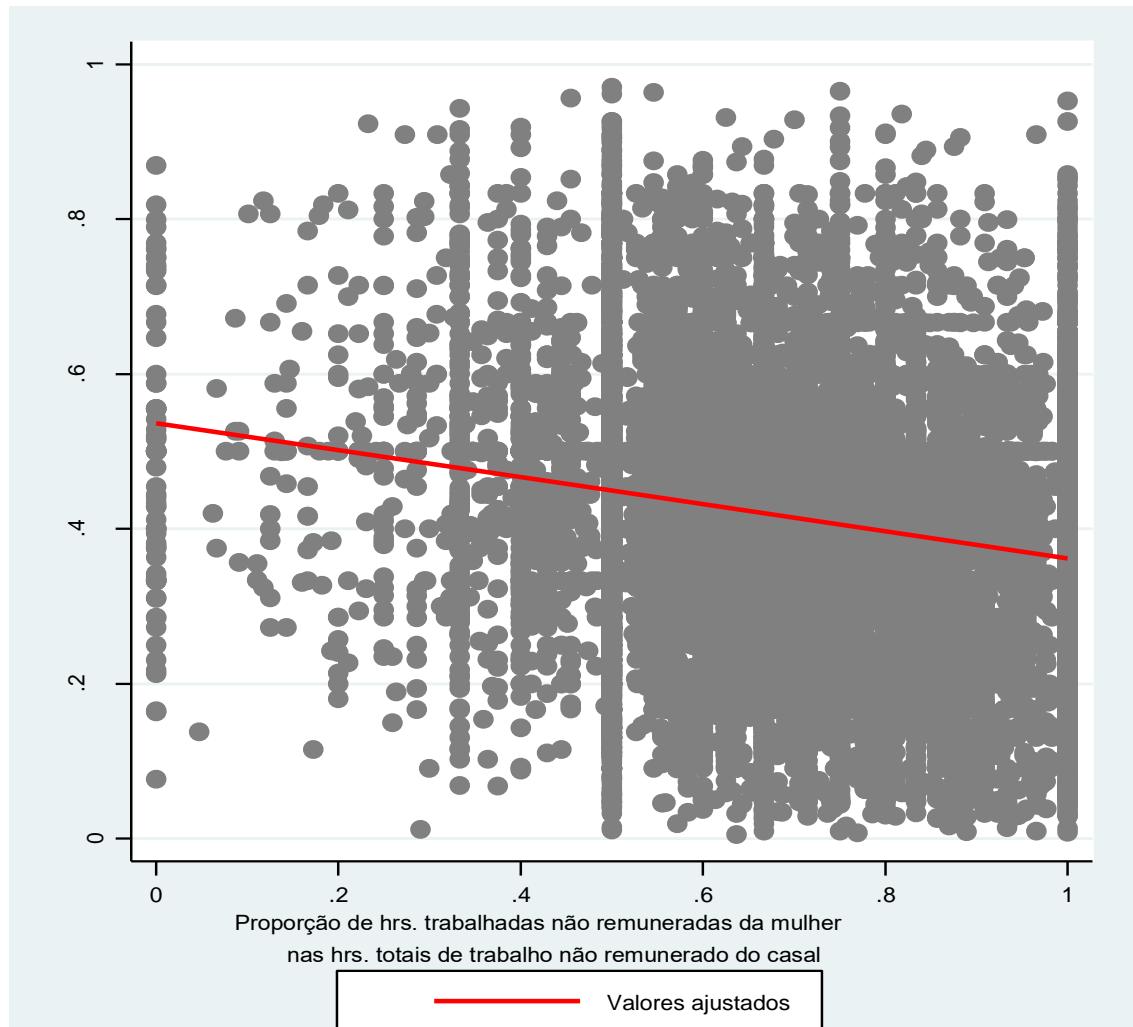
Tabela 9 - Proporção média de horas não remuneradas da mulher nas horas não remuneradas total do casal de acordo com cada categoria de participação na renda do casal

| Não provedora | Neutra | Provedora |
|----------------------|---------------|------------------|
| 67,36% | 63,1% | 61,8% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

A Figura 9 abaixo demonstra que, à medida que a participação da mulher em atividades domésticas aumenta, a proporção da sua renda na renda do casal diminui. Este pode ser um indício do modelo de barganha, onde a distribuição das horas domésticas entre os casais se torna menos desigual à medida que as mulheres participam mais da renda da casa. No entanto, essa mudança não é muito expressiva e conforme apresentado como hipótese, as mulheres, mesmo quando provedoras, dedicam mais tempo nos afazeres domésticos e de cuidados quando comparados às horas dedicadas pelos seus cônjuges à essas atividades, acumulando as funções, mesmo quando são as principais provedoras na renda do casal.

Figura 10 - Proporção de horas trabalhadas não remuneradas da mulher em relação às horas totais de trabalho não remunerado do casal, de acordo com a sua participação relativa da renda do casal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

A observação pela presença de filhos ou enteados foi feita a partir da classificação de três grupos por intervalos de idades: crianças de 0 à 5 anos, de 6 à 14 anos e com 15 anos ou mais. A escolha da divisão de idade se deu de acordo com as faixas etárias da educação infantil, cujas crianças de 0 a 5 anos ainda não iniciaram a pré-escola além de poderem ser mais dependentes dos cuidados dos pais quando comparadas às crianças e adolescentes de 6 a 14 anos. Assim, observou-se se há ou não a presença de pelo menos uma criança em cada uma dessas categorias.

O resultado foi de 13,22% das mulheres da amostra com presença filhos na faixa etária de 0 a 5 anos no domicílio. Essa representação é considerável, levando em conta que o recorte da amostra se restringe apenas às mulheres inseridas no mercado de trabalho e que, portanto,

pode selecionar uma menor proporção de mães de crianças mais novas. Já com a presença de filhos entre 6 e 14 anos e com 15 anos ou mais, a proporção de mulheres sobe para respectivamente 30% e 35%, o que também está coerente, dada a distribuição etária das mulheres da amostra, um pouco mais velhas (38 anos em média).

Tabela 10 - Distribuição das mulheres sem ou com filhos entre as idade de 0 a 5 anos, 6 a 14 e com 15 anos ou mais

| Condição | Frequência | % de mulheres na amostra |
|---|-----------------|--------------------------|
| Sem filhos | 247456,1 | 21,09% |
| Pelo menos 1 filho 0 a 5 anos | 155114,8 | 13,22% |
| Pelo menos 1 filho 6 a 14 anos | 357280,2 | 30,45% |
| Pelo menos 1 filho com 15 anos ou mais | 413482,9 | 35,24% |
| Total | 11733348 | 100,0% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

A distribuição de mulheres por categorias entre esses grupos apresentou pouca diferença, portanto usou-se como variável apenas a presença ou não de pelo menos um filho entre 0 e 14 anos no domicílio. Há uma proporção um pouco maior daquelas sem filhos entre as provedoras, de 23% (contra 17% com filhos), e uma proporção maior de mulheres com filhos entre as não provedoras, conforme observa-se na tabela abaixo.

Tabela 11 - Distribuição de mulheres por presença de filhos ou não, em cada categoria de participação na renda do casal

| Condição | Não provedora | Neutra | Provedora | Total |
|---|---------------|--------|-----------|---------|
| Sem filho | 57,75% | 19,29% | 22,96% | 100,00% |
| Pelo menos 1 filho 0 a 5 anos | 64,08% | 14,79% | 21,13% | 100,00% |
| Pelo menos 1 filho 6 a 14 anos | 65,76% | 16,15% | 18,09% | 100,00% |
| Pelo menos 1 filho com 15 anos ou mais | 62,82% | 17,83% | 19,35% | 100,00% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

A diferença entre mulheres com filhos e sem filhos está dentro do esperado, considerando muitas vezes a sobrecarga da maternidade para a mulher, e, conseqüentemente, a necessidade de se dedicar mais aos cuidados. Neste sentido, é possível que não apenas ela reduza a sua participação no mercado de trabalho, como o cônjuge passe a ter maior responsabilidade na participação financeira do casal.

No que se refere à qualificação da mulher no mercado de trabalho, um indicador

relevante é a sua escolaridade. Atualmente, os termos utilizados são o de ensino fundamental, com duração de nove anos, antes chamado de 1º grau; o ensino médio de 3 anos, denominado anteriormente o 2º grau e o ensino superior, referente ao 3º grau.

Essa análise foi feita a partir de 7 grupos de escolaridade em relação aos anos de estudo, a partir das classificações anteriores, sendo eles: o primário incompleto, referente a mulheres sem nenhuma instrução ou de 1 a 3 anos completos de estudos; primário completo, referente à 4 anos completos de estudos; 1º grau incompleto, englobando mulheres com 5 a 7 anos completos de estudos; 1º grau completo, 8 anos completos de estudo; 2º grau incompleto, referentes à 9 a 11 anos completos de estudos, 2º grau completo; 12 anos completos de estudo; e por fim, as mais escolarizadas, referentes ao 3º grau, com 13 ou mais anos completos de estudos.

Os anos de estudo da população brasileira aumentaram, de acordo com os dados do IBGE (2019). Portanto, ao analisar a distribuição das mulheres por escolaridade, observa-se que 40% da amostra tem 3º grau (mais de 13 anos de estudo), contra menos de 2% com baixa ou nenhuma escolaridade. Os anos médios de estudo das mulheres são de 12 anos

Tabela 12 - Proporção de mulheres da amostra por escolaridade

| Escolaridade | Frequência | % de mulheres na amostra |
|---------------------|-----------------|--------------------------|
| Primário incompleto | 178745,13 | 1,52% |
| Primário completo | 118195,05 | 1,01% |
| 1º grau incompleto | 974543,15 | 8,31% |
| 1º grau completo | 303718,89 | 2,59% |
| 2º grau incompleto | 1395271 | 11,89% |
| 2º grau completo | 4409687,4 | 37,58% |
| 3º grau | 4353188 | 37,10% |
| Total | 11733348 | 100,0% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

A respeito da distribuição de escolaridade por categoria, há um grande destaque na proporção de mulheres provedoras no nível mais alto de escolaridade (3º grau) de quase 30%, tendo uma proporção muito maior do que as demais faixas de tempo de estudo. Também se destaca a menor concentração de mulheres com maior tempo de escolaridade na categoria de não provedora, conforme tabela a seguir:

Tabela 13 - Distribuição das mulheres por escolaridade, em cada categoria

| Escolaridade da mulher | Não provedora | Neutra | Provedora | Total |
|---|----------------------|---------------|------------------|--------------|
| Sem escolaridade ou primário incompleto | 65,78% | 19,28% | 14,94% | 100% |
| Primário completo | 67,83% | 11,57% | 20,61% | 100% |
| 1º grau incompleto | 67,79% | 18,99% | 13,22% | 100% |
| 1º grau completo | 71,72% | 15,57% | 12,72% | 100% |
| 2º grau incompleto | 67,97% | 18,03% | 13,99% | 100% |
| 2º grau completo | 66,84% | 17,07% | 16,09% | 100% |
| 3º grau | 55,01% | 16,71% | 28,27% | 100% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Os anos médios de estudos por categoria, entre as não provedoras, neutras e provedoras foram de, respectivamente, 11,79, 12,02 e 13,20 anos. Percebe-se então uma tendência de aumento de tempo de estudo à medida que a participação da mulher na renda do casal aumenta.

No que tange à idade feminina, também é possível observar que as provedoras são em média 1 ano mais velhas que as não provedoras, confirmando a evidência encontrada por Marri e Wajnman (2007), que encontraram que as provedoras, em comparação às não provedoras, tinham idades mais elevadas. Essa diferença etária pode estar relacionada também com o tempo de estudo, uma vez que mulheres mais velhas tiveram maior tempo de experiência profissional, podendo também ter maior escolaridade, fatores que favorecem rendas mais elevadas.

Tabela 14 - Idade média feminina em cada categoria de participação na renda do casal

| | Não provedora | Neutra | Provedora |
|--------------------|----------------------|---------------|------------------|
| Idade média | 37,55 | 38,19 | 38,63 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Além a escolaridade e da idade da mulher, analisou-se também a distribuição em relação a diferença de anos de estudo da mulher pelo seu respectivo cônjuge. Em média, as mulheres são 1 ano mais escolarizadas que os cônjuges. Apenas 19% das mulheres da amostra eram menos escolarizadas que seus cônjuges, 40% com mesmo tempo de estudo e aproximadamente 41% mais escolarizadas que seus parceiros. Este resultado comprova a realidade de maior escolaridade feminina, em comparação aos homens – ainda que a maior parte das mulheres recebam menos que seus parceiros.

Tabela 15 - Distribuição das mulheres por escolaridade

| Diferença de anos de estudo | Frequência | % de mulheres na amostra |
|------------------------------------|-------------------|---------------------------------|
| -16 à -10 | 143146,8 | 1,2% |

| | | | |
|--|---------|-----------------|-------------|
| Mulher menos escolarizada que o cônjuge | -9 à -5 | 229973,6 | 2,0% |
| | -4 à -1 | 1835095,6 | 15,6% |
| Igualmente escolarizados | 0 | 4699205,9 | 40,1% |
| Mulher mais escolarizada que o cônjuge | 1 à 4 | 3555204,4 | 30,3% |
| | 5 à 9 | 1101761,4 | 9,4% |
| | 10 à 16 | 186560,2 | 1,6% |
| Total | | 11733348 | 100% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Dentre as mulheres mais escolarizadas, 27% das mulheres recebem mais que seus cônjuges, já entre às menos escolarizadas esse percentual é de apenas 11,8%. Nota-se que quanto maior a diferença de anos de estudo da mulher em relação ao seu cônjuge, maior a proporção de mulheres na categoria de provedora. Das mulheres com 10 a 16 anos a menos de estudo, 88% estão na categoria de não provedoras, enquanto apenas 5% são provedoras. Essa última proporção passa para 40,4% entre mulheres com 10 a 16 anos a mais de estudo.

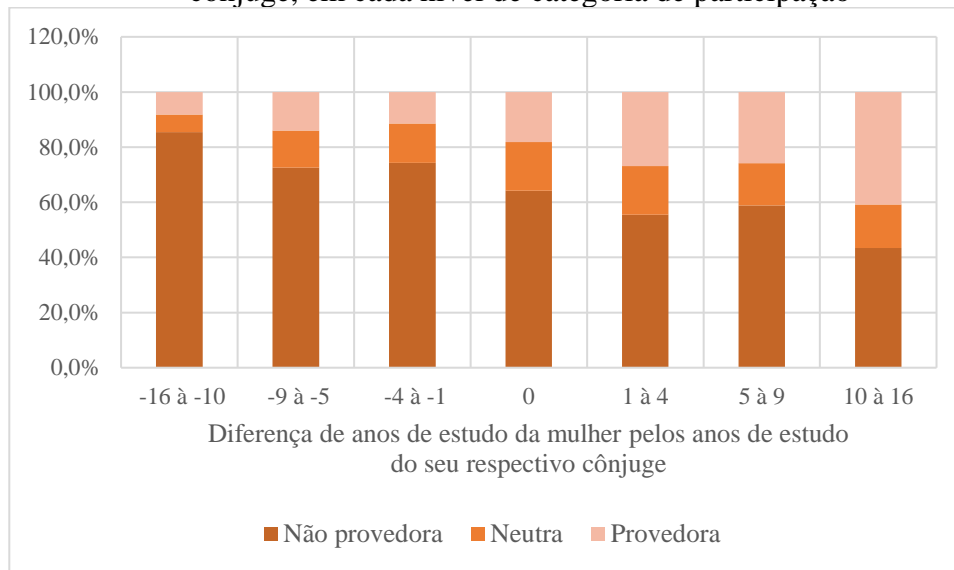
Tabela 16 - Distribuição de mulheres por diferença de anos de estudo em relação ao cônjuge, em cada categoria de participação na renda do casal

| Diferença de anos de estudo | | Não provedora | Neutra | Provedora | Total |
|--|-----------|---------------|--------|-----------|-------|
| Mulher menos escolarizada que o cônjuge | -16 à -10 | 88,23% | 6,69% | 5,08% | 100% |
| | -9 à -5 | 72,64% | 13,57% | 13,78% | 100% |
| | -4 à -1 | 74,15% | 14,48% | 11,37% | 100% |
| Igualmente escolarizados | 0 | 64,45% | 18,39% | 17,16% | 100% |
| Mulher mais escolarizada que o cônjuge | 1 à 4 | 55,79% | 17,98% | 26,23% | 100% |
| | 5 à 9 | 59,22% | 15,09% | 25,69% | 100% |
| | 10 à 16 | 43,47% | 16,12% | 40,40% | 100% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

A Figura 10 abaixo ilustra como a distribuição de mulheres em cada categoria se comporta de acordo com a diferença de escolaridade em relação ao cônjuge, deixando evidente o aumento de mulheres provedoras entre mulheres mais escolarizadas que o parceiro. Em média, as não provedoras tinham apenas 0,74 anos de diferença entre seu cônjuge, contra 1,15 e 2,8 das neutras e provedoras, respectivamente.

Figura 11 - Diferença de anos de estudo da mulher em relação aos anos de estudo de seu cônjuge, em cada nível de categoria de participação



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Essa relação condiz com estudo realizado por Winkler (2013), o qual destaca que a maior escolaridade das mulheres em relação aos seus cônjuges está correlacionada com a maior incidência de mulheres que ganham mais do que seus maridos.

Ainda em relação ao seu cônjuge, também se considerou a diferença de idade entre eles. A categoria de provedora é a que se observa a menor diferença média entre a idade da mulher e do seu respectivo cônjuge, sendo de aproximadamente 2 anos. Já entre as não provedoras, essa diferença aumenta para 3,3 anos. Isso pode significar uma menor diferença etária entre as provedoras e seus cônjuges, reforçando também a teoria de barganha, cuja diferença de idade pode ser um dos fatores de poder.

Tabela 17 - Diferença média entre a idade da mulher e do seu respectivo cônjuge, em cada categoria de participação na renda do casal

| | Não provedora | Neutra | Provedora |
|--|---------------|--------|-----------|
| Diferença média de idades em anos | -3.33 | -2.89 | -1.97 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Para a análise da posição na ocupação do mercado remunerado, um indicador importante é a qualidade da ocupação e o grau de proteção social associada ao ingresso no mundo do trabalho é formalidade no mercado de trabalho. Corseuil et al. (2015) apresentam três critérios de informalidade: empregados sem carteira assinada e empresas sem Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); ausência da contribuição para previdência social e; empregados e

empregadores de empresas com menos de cinco empregados e trabalhadores autônomos ocupados como “profissional das ciências e das artes” ou “dirigentes”.

De acordo com Neri et al. (2007), a informalidade estaria ligada à qualidade do trabalho exercido entre os trabalhadores brasileiros. Assim, para os autores, a informalidade poderia ser entendida como a soma dos autônomos, dos empregados sem carteira assinada e dos não-remunerados, já que essas classes estariam mais propensas a condições precárias

Nessa linha, de acordo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012), o trabalho decente, dentre outras características, considera o acesso a direitos trabalhistas e proteção social. Portanto, para análise, foi considerado tanto possuir carteira assinada, quanto de ser contribuinte do INSS. Para essa análise, foram criadas 8 dummies para análise, sendo elas:

- 1- Empregado formal;
- 2- Empregado informal contribuinte;
- 3- Empregado informal não contribuinte;
- 4 - Trabalhador doméstico formal;
- 5- Trabalhador doméstico informal contribuinte;
- 6 -Trabalhador doméstico informal não contribuinte;
- 7-Autônomos contribuinte;
- 8 - Autônomos não contribuinte.

Tabela 18 - Distribuição das mulheres por posição da ocupação no mercado de trabalho

| Condição da posição da ocupação no mercado de trabalho | Frequência | % de mulheres na amostra |
|---|-------------------|---------------------------------|
| Empregado formal; | 6.509.661,47 | 55,48% |
| Empregado informal contribuinte; | 551.467,356 | 4,70% |
| Empregado informal não contribuinte; | 753.280,9416 | 6,42% |
| Trabalhador doméstico formal; | 477.547,2636 | 4,07% |
| Trabalhador doméstico informal contribuinte; | 180.693,5592 | 1,54% |
| Trabalhador doméstico informal não contribuinte; | 768.534,294 | 6,55% |
| Autônomos contribuinte; | 918.721,1484 | 7,83% |
| Autônomos não contribuinte. | 1.572.268,632 | 13,40% |
| Total | 11.733.348 | 100% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PNADc). Elaboração própria

Observando a distribuição da amostra entre as classificações da ocupação, a alta proporção de informalidade e de não contribuintes (exceto entre os empregados) reafirma o

apresentado no trabalho de Neri et al. (2007). Os autores destacam que a parcela dos trabalhadores com carteira assinada nas regiões metropolitanas é cada vez menor e que, paralelamente, o número de autônomos e de sem carteira tem crescido continuamente. Em grande parte, essa mudança tem sido consequência das altas alíquotas de contribuição social.

Em relação a distribuição das mulheres por posição da ocupação entre as categorias, as mulheres provedoras têm maior presença entre às empregadas formais e informais (26% em cada). Entre as autônomas não contribuintes, essa participação diminui para 9%. As trabalhadoras domésticas informais não contribuintes possuem a maior proporção de não provedoras, 83%, seguindo das autônomas não contribuintes, com 72,6% de não provedoras e das domésticas informais contribuintes, com o valor próximo, de 71%. Isso pode indicar que a qualidade da ocupação e a proteção social é um fator relevante que diferencia as mulheres provedoras das não provedoras.

Tabela 19 - Distribuição de mulheres por posição da ocupação no mercado de trabalho ao cônjuge, em cada categoria de participação na renda do casal

| | Não provedora | Neutra | Provedora | Total |
|---|----------------------|---------------|------------------|--------------|
| Empregado formal; | 57,64% | 16,82% | 25,54% | 100% |
| Empregado informal contribuinte; | 63,30% | 10,67% | 26,04% | 100% |
| Empregado informal não contribuinte; | 67,01% | 20,20% | 12,80% | 100% |
| Trabalhador doméstico formal; | 68,61% | 14,20% | 17,20% | 100% |
| Trabalhador doméstico informal contribuinte; | 71,67% | 14,88% | 13,44% | 100% |
| Trabalhador doméstico informal não contribuinte; | 83,00% | 6,66% | 10,34% | 100% |
| Autônomos contribuinte; | 57,39% | 28,79% | 13,82% | 100% |
| Autônomos não contribuinte. | 72,36% | 18,82% | 8,82% | 100% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Além disso, observou-se que as mulheres da amostra estão concentradas na área de educação, saúde humana e serviços sociais, totalizando em quase 24% das mulheres nesta área, seguindo com 20,2% concentradas em comércio. A proporção de mulheres em educação, saúde humana e serviços sociais e nas atividades em administração pública, defesa e seguridade social são as que tem maior representação feminina na categoria provedora. Enquanto, em direção contrária, áreas tipicamente masculinas como indústria geral e áreas de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e a área de serviços domésticos e a categoria outros serviços são os grupos que possuem maior representação de mulheres não provedoras.

E por fim, outra observação importante se deu ao analisar como as mulheres se distribuem entre as categorias em relação ao quintil da renda do seu respectivo cônjuge. Na

tabela abaixo pode-se perceber como a proporção de provedoras é maior quando as mulheres são unidas com cônjuges que se concentram no quintil mais baixo da renda masculina (37,1%) em comparação ao último quintil (9,59%). Isso pode indicar que as mulheres provedoras não necessariamente têm ganhado mais que a média, de forma geral, mas que seus cônjuges se encontram em um nível salarial mais baixo do que a média dos demais homens.

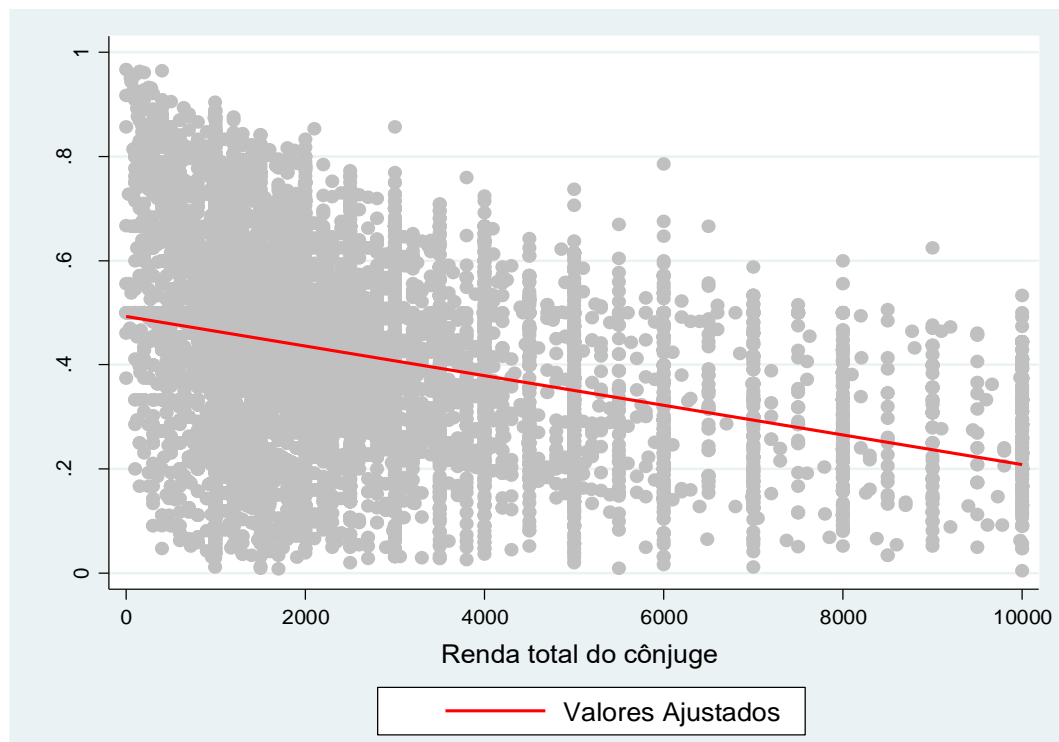
Tabela 20 - Distribuição de mulheres quintil de renda masculina (do cônjuge), em cada categoria de participação na renda do casal

| | Não provedora | Neutra | Provedora | Total |
|------------|---------------|--------|-----------|--------|
| 1º quintil | 33,70% | 29,17% | 37,13% | 100,0% |
| 2º quintil | 58,48% | 17,39% | 24,14% | 100,0% |
| 3º quintil | 68,20% | 14,52% | 17,28% | 100,0% |
| 4º quintil | 71,75% | 13,94% | 14,30% | 100,0% |
| 5º quintil | 77,70% | 12,71% | 9,59% | 100,0% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Essa relação de renda do cônjuge e nível de participação da renda feminina, fica evidente quando observamos a Figura 11. Quanto menor a renda do cônjuge, maior a participação da mulher na renda do casal.

Figura 12 - Participação da renda da mulher na participação da renda do casal, segundo renda do cônjuge.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

6.2. Modelo Multinomial

Com o propósito de observar como os efeitos cruzados dessas variáveis apresentadas se comportam, e quais as características das mulheres (e a relação com as características dos seus cônjuges) aumentam a probabilidade de que elas sejam provedoras, utilizou-se o modelo logístico multinomial.

As variáveis respostas foram as 3 categorias de participação da mulher na renda do casal apresentados na sessão anterior:

Tabela 21 - Distribuição da amostra por categorias definidas para o modelo logístico multinomial

| Classificação | Categorias | Participação na renda | Proporção da amostra |
|-----------------------|-------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Não Provedoras | 1 | < 50% | 62,63% |
| Neutra | 2 | = 50% | 16,78% |
| Provedoras | 3 | > 50% | 20,58% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

As covariáveis foram as destacadas na análise descritiva, sendo então: a idade contínua da mulher, diferença de idade da mulher com seu cônjuge; raça da mulher (categoria de referência: branca); 5 dummies da região de residência (categoria de referência: norte); 7 dummies da escolaridade da mulher (categoria de referência: 0 ou primário incompleto); diferença de anos de estudo da mulher pelo cônjuge; dummy se tem pelo menos um filho de 0 a 5 anos; de 6 a 14 anos ou com 15 anos ou mais (categoria de referência: não ter nenhum filho); quintil da renda do cônjuge; 8 dummies da posição da ocupação da mulher no mercado de trabalho (categoria de referência: empregada formal) e por fim, a variável contínua de proporção de horas trabalhadas não remuneradas da mulher em relação às horas totais trabalhadas pelo casal em atividades não remuneradas.

Todas as variáveis se apresentaram significativas a 5% de significância. Os coeficientes obtidos como resultado de cada variável foram apresentados pelo Anexo I. Na tabela 22 são apresentados os riscos relativos, que embasarão a interpretação das covariáveis.

Os valores encontrados pelo risco relativo (RR) das variáveis contínuas idade e diferença de idade permitem inferir que o risco de a mulher ser uma provedora aumenta quanto maior for a idade, tanto em relação às demais mulheres, quanto em relação ao seu respectivo cônjuge. Assim, quanto maior a idade da mulher, maior é a probabilidade de ser provedora em

relação à ser não provedora e quanto maior a diferença da sua idade (para mais) em relação ao seu cônjuge, maior a probabilidade de ela ser provedora.

Para cada aumento de uma unidade na variável idade, os riscos de a mulher cair na categoria neutra ou provedora (em relação à categoria não provedora) aumentam respectivamente em 1,03 e 1,05 vezes. E para a variável diferença de idade, os valores encontrados também apresentam um risco maior de mulheres mais velhas que seu cônjuge pertencerem à categoria neutra ou provedora, em relação à categoria de referência.

Esse resultado era esperado, de acordo com os estudos apresentados anteriormente (BLOOD; WOLFE, 1960; BRINES, 1994; MARRI E WAJNMAN, 2007; KITTERØD; LAPPEGÅRD, 2010). A idade é utilizada como uma proxy da experiência no mercado de trabalho. Neste sentido, esperava-se que as mulheres provedoras, em comparação às não provedoras, tivessem idades mais elevadas, sugerindo uma relação positiva deste tipo de capital humano com o aumento da renda do trabalho. Além disso, conforme esperado, mulheres muito mais jovens que seus cônjuges têm uma probabilidade menor de serem provedoras, em relação às não provedoras. Isso pode estar relacionado a um menor acúmulo de capital humano relativamente ao cônjuge, reduzindo então suas chances de receber uma renda maior que a do cônjuge.

No que se refere à raça da mulher, os riscos relativos indicam que as mulheres das demais raças tem menores probabilidades de estarem nas categorias neutras ou provedoras, em relação às brancas. O RR para as dummies das raças entre as provedoras indica que o risco relativo para mulheres pretas e pardas é de, em ambos, 0,9 vezes o das mulheres brancas em relação às não provedoras.

A variável dummy para a região indica que, controlando pelas demais variáveis do modelo, mulheres residentes nas regiões norte e nordeste possuem menores riscos de serem provedoras ou neutras, em comparação às demais regiões do Brasil e em relação às não provedoras. Isso indica um menor risco de mulheres concentradas em regiões menos desenvolvidas contribuírem com a maior parte da renda do casal.

É interessante observar que as mulheres neutras têm maior risco relativo de estarem localizadas nas regiões mais desenvolvidas, sendo elas sudeste e sul, com aproximadamente 1,4 vezes maior em relação às residentes do norte. Como destacado anteriormente, essas mulheres

das regiões mais desenvolvidas devem estar mais concentradas nas faixas de renda equivalente ao salários-mínimo. É possível então que, como essas regiões tendem a ter trabalhos mais formais e seguindo as regras trabalhistas, as mulheres residentes destas regiões tenham maior probabilidade de estarem na categoria neutra. O RR entre as provedoras também favorece àquelas residentes nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, sendo cada uma destas categorias aumentada por um fator de aproximadamente 1,2.

Segundo os riscos relativos obtidos pelas variável categórica da escolaridade da mulher, destaca-se aquelas que tinham o ensino superior, cujo risco observado foi de 3,4 vezes maior de estarem na categoria neutra, em relação àquelas com menos de 3 anos de estudo e de 8,4 vezes para às provedoras, em relação à categoria de referência. Isso indica que a maior escolaridade feminina favorece que sua renda seja a principal renda do casal.

Já o RR para diferença de escolaridade entre os cônjuges na categoria neutra apresentou um fator de 0.9819. Isso significa efetivamente que, com o aumento de um ano nos anos de estudo da mulher em relação aos anos de estudo do seu cônjuge, o risco relativo da mulher cair na categoria neutra, em relação à não provedora, é multiplicado por 0,98, sendo, então, menor o risco de cair na categoria neutra e maior o risco de pertencer à categoria não provedora. Isso pode nos indicar que as mulheres neutras não possuem uma posição melhor que seu parceiro, comparado à condição das não provedoras, mas, por estarem dentro do regime de salário-mínimo, se igualam à renda do seu parceiro devido a segurança jurídica das legislações trabalhistas.

Em contrapartida, entre as provedoras, o risco de estar nesta categoria era de 1,02 maior em relação à categoria não provedora. Assim, quanto mais escolarizada a mulher em relação a seu parceiro, maior é a probabilidade de ela ser a principal provedora do casal, em relação às não provedoras. Essa relação está de acordo com o apresentado pelo estudo de Winkler (2013), o qual destaca que a maior escolaridade das mulheres em relação aos seus cônjuges está correlacionada com a maior incidência de mulheres que ganham mais do que seus maridos.

Os riscos relativos referentes a presença de pelo menos um filho nas três dummies analisadas foram significativos, indicando que as mulheres sem filhos têm maior probabilidade de serem provedoras ou neutras em relação às não provedoras. Esse resultado era esperado. Estudo referente aos Estados Unidos indicava que o menor número de crianças na família aumentava a probabilidade de que a mulher fosse provedora (WINKLER; MCBRIDE;

ANDREWS, 2005). Além disso, esperava-se que, por ter uma sobrecarga no trabalho de cuidados, as mulheres com filhos dedicariam menos tempo ao mercado de trabalho e, por isso, a maior renda tenderia a ser do cônjuge.

O quintil da renda masculina também se apresentou significativo, com RR menores que 1 em todas as dummies, indicando que quanto maior a renda do cônjuge, menor o risco de a mulher estar na categoria neutra ou provedora, em relação às não provedoras. Assim, aumentando o quintil da renda do homem, o risco de ser uma provedora – em relação a não provedora – para mulheres unidas com cônjuges com renda no último quintil é 0,01 vezes em comparação ao primeiro quintil.

Esse resultado está de acordo com o apresentado por Winkler (1998) e Marri e Wajnman (2007), segundo os quais os maridos cuja renda era mais baixa estavam concentrados em famílias em que a renda da mulher era a principal. Assim, é importante refletir se as mulheres provedoras contribuem mais com a renda do casal por uma consequência relativa da redução dos salários dos cônjuges ou por elas terem melhores posições no mercado de trabalho remunerado.

A posição da ocupação no mercado de trabalho é então um fator importante para identificar a relação das mulheres no mercado de trabalho. Todas as dummies foram significativas em todas as categorias. As empregadas formais, em relação às demais posições, eram aquelas com maior risco de que a mulher fosse provedora, em comparação em ser não provedora. Isso pode indicar que a qualidade do trabalho aumenta a probabilidade de que a mulher contribua mais para a renda do casal. Já entre as neutras, em relação às não provedoras, se destaca as autônomas contribuintes. Essa posição da ocupação na categoria neutra foi a única cujo risco, em relação às empregadas formais, aumentava, por um fator de 1,8 em relação às não provedoras. Isso está de acordo com a possibilidade de que as mulheres da categoria neutra não necessariamente possuem melhores condições no mercado de trabalho.

E por fim, os riscos relativos observados para a variável da proporção de horas trabalhadas não remuneradas (horas de trabalho doméstico) da mulher em relação às horas domésticas despendidas conjuntamente pelo casal indicam que, com o aumento dessa proporção, o risco relativo é multiplicado por um fator de aproximadamente 0,2, tanto para as neutras quanto para as provedoras, em relação às não provedoras. Esse resultado era esperado, conforme apontado pelo modelo de barganha. Spitzer e Hammer (2017) ressaltam que, quanto

mais escolarizada for a mulher e quanto maior for sua renda, maior o seu poder de barganha e menor será sua participação no trabalho não remunerado.

Contudo, essa variável também pode ter influência do modelo de delegação, uma vez que as mulheres cujo estrato social é mais alto, têm, ao mesmo tempo, a necessidade e os meios de delegar, a outras mulheres, através da contratação de empregadas domésticas, as atividades domésticas e cuidados familiares (Hirata e Kergoat, 2007).

Tabela 22 - Relative risk ratios (RRR) - Risco relativo

| Covariáveis | Não | Neutras | Provedoras |
|---|---|-----------|------------|
| | provedoras (categoria de referênci | | |
| Idade | - | 1.034041 | 1.050267 |
| Diferença de idade | - | 1.004261 | 1.014109 |
| Raça (Branca) | | | |
| | Pretas | 0.7727342 | 0.8923444 |
| | Pardas | 0.893964 | 0.8988952 |
| Região (Norte) | - | | |
| | Nordeste | 0.977428 | 0.825283 |
| | Sudeste | 1.365819 | 1.205278 |
| | Sul | 1.425526 | 1.202006 |
| | Centro-oeste | 1.289085 | 1.158421 |
| Escolaridade (0 ou primário incompleto) | | | |
| | Primário completo | 0.6316637 | 1.293108 |
| | 1° grau incompleto | 1.177891 | 1.00227 |
| | 1° grau completo | 1.047248 | 1.180818 |
| | 2° grau incompleto | 1.422345 | 1.353755 |
| | 2° grau completo | 1.548412 | 1.759476 |
| | 3° grau | 3.399405 | 8.401373 |
| Diferença de anos de estudo | - | 0.9819188 | 1.016378 |
| Presença de filho (Não) | | | |
| | Pelo menos 1filho de 0-5 anos | 0.7919241 | 0.9614857 |
| | Pelo menos 1filho de 6-14 anos | 0.8121944 | 0.8237727 |
| | Pelo menos 1 filho com 15 anos ou mais | 0.8691978 | 0.8411215 |
| Quintil da renda masculina (q1) | | | |
| | q2 | 0.1843949 | 0.143927 |
| | q3 | 0.1033329 | 0.0615297 |
| | q4 | 0.0738242 | 0.0326007 |
| | q5 | 0.042387 | 0.0106621 |
| Posição da ocupação (Empregada formal) | | | |
| | Empregada informal contribuinte | 0.4961474 | 0.641432 |
| | Empregada informal não contribuinte | 0.7458517 | 0.2891931 |
| | Trabalhadora doméstica formal | 0.5214025 | 0.5050561 |
| | Trabalhadora doméstica informal contribuinte | 0.5485536 | 0.4057365 |
| Trabalhadora doméstica informal não contribuinte | - | .1293017 | 0.1456851 |
| | Autônoma contribuinte | 1.832203 | 0.6430768 |
| | Autônoma não contribuinte | 0.5972426 | 0.1809588 |

| | | | |
|---|---|-----------|-----------|
| Proporção de hrs não remuneradas da mulher (pelas hrs. trabalhadas não remunerados do casal) | - | 0.2462418 | 0.1745074 |
|---|---|-----------|-----------|

Fonte: Elaboração própria

Ao observar a média salarial das mulheres e dos cônjuges em cada nível de participação da renda das mulheres na renda do casal, percebe-se que a diferença da renda média feminina e a renda média masculina não se destoam tanto entre os extremos, comparando-se as mulheres provedoras e os cônjuges das não provedoras - R\$2.728,97 e R\$ 2.845,42 respectivamente, ainda que a renda masculina seja levemente superior. Em contrapartida, a mediana das provedoras é maior que a mediana dos homens responsáveis pela maior parte da renda do casal. Isso pode significar que as mulheres provedoras recebem tanto quanto os cônjuges daquelas mulheres não provedoras, podendo ser um indício de que as mulheres provedoras tem tido uma valorização no mercado de trabalho, tanto quanto os homens.

No entanto, os homens com menor participação na renda ainda recebem mais do que as não provedoras. Isso pode indicar que as mulheres não provedoras possuem uma condição financeira inferior aos homens em uma situação semelhante no que diz respeito a participação na renda do casal.

Tabela 23 - Média salarial das mulheres e dos cônjuges em cada categoria

| Participação | Mulher | | Cônjuge | | Diferença das médias |
|--------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------------|
| | Média salarial | Desvio Padrão | Média salarial | Desvio Padrão | |
| < 50% | R\$ 1432.82 | R\$ 1070.94 | R\$ 2845.42 | R\$ 2039.23 | -R\$ 1.412,6 |
| = 50% | R\$ 1982.06 | R\$ 1419.15 | R\$ 1982.06 | R\$ 1419.15 | R\$ - |
| > 50% | R\$ 2728.97 | R\$ 1729.26 | R\$ 1666.64 | R\$ 1099.34 | R\$ 1062,33 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Tabela 24 - Renda mediana das mulheres e dos cônjuges em cada categoria

| Participação | Renda Mediana | |
|--------------|---------------|--------------|
| | Mulher | Cônjuge |
| < 50% | R\$ 1.200,00 | R\$ 2.000,00 |
| 0,5 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.500,00 |
| > 50% | R\$ 2.200,00 | R\$ 1.400,00 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração própria

Neste sentido, as mulheres provedoras, em média, têm uma melhor remuneração dentro do mercado de trabalho. Contudo, elas ainda acumulam funções, uma vez que, apesar de terem uma divisão menos desigual das tarefas domésticas em relação aos seus cônjuges, elas ainda

são responsáveis pela maior parte dessas funções, conforme apresentado anteriormente, 61% das horas não remuneradas totais do casal.

Ao considerar que as mulheres provedoras possuem uma melhor posição da ocupação no mercado de trabalho em relação às não provedoras, e uma menor proporção de tempo dedicado aos afazeres domésticos em relação ao cônjuge, além de observar as médias salariais (Tabelas 25 e 26) é possível interpretar como uma situação mais favorável da posição da mulher provedora no mercado em relação às demais mulheres observadas, e não por estarem unidas com homens cujos salários são mais baixos. É possível que aquelas que contribuem com a maior parte da renda do casal de fato esteja tendo condições mais favoráveis comparativamente às outras mulheres.

Em contrapartida, o perfil da mulher não provedora indica que são mulheres pretas ou pardas, cujo salário é ainda menor quando comparado aos homens unidos com mulheres provedoras além de estarem em ocupações cujas posições no mercado de trabalho são piores e residirem em regiões menos desenvolvidas do país. Conforme apontado por Esping-Andersen (2009) referente a revolução incompleta, que atingiria em maior grau as mulheres de classe média e alta, com maiores níveis de educação e remunerações mais altas, essas são capazes de terceirizar o trabalho doméstico, permitindo dedicação à carreira profissional. As mulheres mais bem colocadas financeiramente e no mercado de trabalho (como emprego formal) e de raça branca, são aquelas que aumentam a probabilidade de estarem na categoria de provedora, tendo então uma ascensão na renda.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados atendem a primeira hipótese. Embasada pelo modelo de barganha, a hipótese defende que o indivíduo que detém mais poder dentro da relação (sendo diversos os fatores que determinarão esse nível de poder, podendo ser, no caso, a condição financeira) tenderá a evitar os afazeres domésticos (SPITZER; HAMMER, 2017). Neste sentido, as mulheres provedoras, por terem salários mais altos, aumentam seu poder de barganha, e, portanto, suas horas dedicadas aos afazeres domésticos são menos desiguais em comparação aos seus cônjuges, quando comparado às mulheres não provedoras. Também foi apresentado que, mesmo nos casos entre as provedoras, é sobre a figura feminina que recai a maior parte do trabalho, conforme estudos citados anteriormente (KAMO 1991; SHELTON E JOHN 1993; ROGERS E AMATO, 2000).

Foi possível perceber que em todas as categorias as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados. Assim, ainda que o modelo de poder de barganha seja observado entre as provedoras, o fato de que elas ainda são as principais responsáveis por estas atividades demonstra a limitação deste modelo, uma vez que as mulheres serão as principais responsáveis pelas atividades não remuneradas mesmo quando são também as principais responsáveis pela renda. Isso nos indica que a alocação de tempo é determinada por outros fatores, como aspectos psicológicos e sociológicos da identidade e não apenas pelos recursos relativos (SEVILLA-SANZ et al., 2010) reproduzindo as normas da sociedade, onde as mulheres se dedicam mais em afazeres domésticos e de cuidado (DEDING E LAUSTEN, 2006).

A segunda hipótese deste trabalho, de que as mulheres unidas com cônjuges cuja posição da renda se encontra no quintil mais baixo da renda masculina, tivessem maior probabilidade de serem provedoras, foi observada, conforme estudos realizados por Winkler (1998) e Marri e Wajnman (2007). Destacou-se a necessidade de observar se as mulheres provedoras estão nesta posição devido aos salários mais baixos dos seus cônjuges, independentemente de terem elas condições mais favoráveis no mercado de trabalho ou se, ao contrário, a posição de provedora decorre de uma inserção mais privilegiada da mulher no mercado de trabalho remunerado.

Neste sentido, e já confirmando a terceira hipótese, que esperava maior escolaridade tanto entre as demais mulheres, quanto em relação ao seu respectivo cônjuge (MARRIE WAJNMAN 2007; BLOEMEN E STANCANELLI, 2007; WINKLER et al, 2005) as mulheres provedoras, além do nível mais alto de escolaridade, também estão concentradas em trabalhos formais e com segurança previdenciária. Assim, o perfil de mulheres com maior escolaridade as torna menos dependentes economicamente de seus parceiros (BIANCHI et al. 1999) com mais chances de fornecer a maior parte da renda familiar (RALEY et al. 2006, BLOEMAN et al. 2013) além de se concentrarem em ocupações do mercado mais valorizadas.

Contudo, quando observamos as mulheres neutras em relação as não provedoras, quanto menos escolarizada a mulher é em relação ao seu parceiro, maior a chance de que ela contribua exatamente com 50% da renda do casal e menor a chance de que ela seja não provedora. Além disso, as autônomas contribuintes e as empregadas formais foram as duas principais posições da ocupação no mercado de trabalho entre as neutras, em relação às não provedoras, podendo ser um indício de que elas não necessariamente possuem melhores condições no mercado de trabalho. De acordo com as observações da renda das mulheres desta categoria, concentradas em valores múltiplos do salário-mínimo, e em grande parte, no valor exato ou de aproximação

ao salário-mínimo (R\$998 e R\$1000 respectivamente), é possível que seja um indício de que que, por estarem dentro deste regime, se igualam à renda do seu parceiro devido à segurança jurídica das legislações trabalhistas.

E por fim, a última hipótese, que sugere que a idade estaria positivamente relacionada com a chance de ser provedoras, esta também é confirmada. Assim como encontrado no trabalho de Marri e Wajnman (2007), as mulheres provedoras têm idades mais elevadas do que as demais. Além disso, quanto maior a participação relativa da mulher na renda do casal, maior a diferença de idades em relação ao seu cônjuge.

Observou-se, além disso, que as mulheres pretas e pardas, em relação às brancas, tem menor risco de serem provedoras. Aquelas que residem nas regiões norte e nordeste têm menores riscos de estarem na categoria provedora em relação a mulheres residentes da região sudeste. E mulheres que possuem pelo menos um filho, independentemente da idade do filho, têm menores riscos de estarem na categoria provedora. Este último pode ser ocasionado pela sobrecarga da maternidade para a mulher, e, conseqüentemente, a necessidade de se dedicar mais aos cuidados, reduzindo sua participação no mercado de trabalho. Ademais, possivelmente as mulheres observadas na categoria não provedora, pretas e pardas, ou residentes de regiões menos desenvolvidas, possuem menores condições para delegarem os cuidados à outras mulheres, inviabilizando, portanto, que elas se dediquem mais ao crescimento profissional.

Nesse sentido, diante das características que aumentam a probabilidade de a mulher participar com mais de 50 % da renda total do casal, percebe-se uma valorização da figura feminina no mercado de trabalho. Contudo, apesar de uma redução da desigualdade de horas dedicadas nos afazeres domésticos entre as provedoras e seus cônjuges em relação às demais mulheres observadas, essa diferença é muito pequena, e as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas. Além disso, o quintil de renda do cônjuge nos demonstra um claro efeito em ser provedora, logo, as mulheres provedoras são unidas com homens localizados rendas mais baixas. Logo, não são observadas evidências de que está ocorrendo uma reversão dos padrões tradicionais de gênero.

8. BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

AYTAC, Isik. Sharing household tasks in the United States and Sweden: a reassessment of Kohn's theory Null, vol. 10, no. 3, Routledge, 1990.

ANDERSON, Deborah J.; BINDER, Melissa., KRAUSE, Kate. The motherhood wage penalty revisited: Experience, heterogeneity, work effort, and work-schedule flexibility. *Industrial and Labor Relations Review*, 2003.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia clínica*, 17,2,41-52, 2005.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: Uma análise da alocação do tempo no Brasil, Texto para Discussão, No. 2416, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Paris: Gallimard, 1976.

BECKER, Gary A treatise on the family. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

BIANCHI, Suzanne M.; CASPER, Lynne M.; PELTOLA, Pia K. A cross-national look at married women's earnings dependency. *Gender Issues*, 17(3), 3–33, 1999.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. In *SURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 1, p. 198-210, 2015.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLOEMEN, Hans G.; STANCANELLI, Elena G. Toyboys or supergirls? An analysis of partners' employment outcomes when she outearns him. *Review of Economics of the Household*, 1–30. In press, 2013

BLOOD, Robert. O.; WOLFE, Donald M. *Husbands & wives: the dynamics of married living*. Universidade de Michigan: Free Press, 1960.

BREWSTER, Karin L.; PADAVIC, Irene Change in gender-ideology, 1977–1996: The contributions of intracohort change and population turnover. *Journal of Marriage and Family*, 62, 477–487. 2000.

BRINES, Julie. Economic Dependency, Gender, and the Division of Labor at Home. *American Journal of Sociology*, v. 100, n. 3, p. 652-688, 1994.

BROWNING, Martin.; CHIAPPORI, Pierre. A.; WEISS, Yoram. *Economics of the family*. Cambridge, United Kingdom: University Press, 2014.

BUDIG, Michelle. J.; LIM, Misun. Cohort differences and the marriage premium: Emergence of gender-neutral household specialization effects. *Journal of Marriage and Family*, 2016.

BUDIG, Michelle. J.; ENGLAND, Paula. The wage penalty for motherhood. *American Sociological Review*, 66, 2001.

- CHUN, Hyunbae; LEE, Injae. Why do married men earn more: Productivity or marriage selection? *Economic Inquiry*, 39, 307–319, 2001
- CORREA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Droits sexuels et reproductives: une perspective féministe. *Physis* [online]. vol.6, n.1-2, pp.147-177, 1996.
- CRAIG, Lyn; MULLAN, Killian. How Mothers and Fathers Share Childcare: A Cross-National Time-Use Comparison. *American Sociological Review*, 76(6):834–86, 2011.
- CROMPTON, Susan; GERAN, Leslie. Women as main wage-earners. *Perspectives*, Statistics Canadá – Catalogue 75-001E, 1995.
- DALMIA, Sonia; KELLY, Claudia. Smith.; SICILIAN, Paul. Marriage and men's earnings: Specialization and cross-productivity effects. *Eastern Economic Journal*, 7, 1–14. 2014.
- DOUGHERTY, Christopher. The marriage earnings premium as a distributed fixed effect. *Journal of Human Resources*, 41, 433–443, 2006.
- DIETZ, Mary. El Contexto es lo que Cuenta: feminismo y teorías de la ciudadanía. *Debate Feminista*, v.1, 1990, pp. 114-140.
- EINSENSTEIN, Zillah. *The Radical Future of Liberal Feminism*. Boston, Northeastern University Press, 1983.
- ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public Man, Private Woman*. Princeton NJ, Princeton University Press, 1981.
- ENGLAND, Paula. The gender revolution: Uneven and stalled, *Gender and Society* 24(2): 149–166, 2010.
- ENGLAND, Paula. *Theory on Gender: Feminism on Theory*. Transaction Publishers, 1993.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The Incomplete Revolution: Adapting to Women's New Roles*. Malden, MA: Polity Press, 2009.
- FIRESTONE, Shulamith: *A dialética do Sexo, Labor*, Rio de Janeiro, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Gerson, Kathleen. *The Unfinished Revolution: Coming of Age in a New Era of Gender, Work, and Family*. New York: Oxford University Press, 2010
- GOLDIN, Claudia. Life-cycle labour force participation of married women: historical evidence and implications. *Journal of Labour Economics*, v. 7, n. 1, p. 20-47, 1989.
- GOLDSCHIEDER, Frances; BERNHARDT, Eva; LAPPEGÅRD, Trude. The gender revolution: A framework for understanding changing family and demographic behavior, *Population and Development Review* 41(2): 207–239, 2015
- GRAY, Jeffrey S.; The fall in men's return to marriage: Declining productivity effects or changing selection? *The Journal of Human Resources*, 32, 481–504, 1997
- GREENWOOD, Jeremy; SESHADRI, Ananth; YORUKOGLU, Mehmet. Engines of liberation. *Review of Economic Studies*, v. 72, n. 1, p. 109-133, 2005.

- GREENWOOD, Jeremy; VANDENBROUCKE, Guillaume. Hours worked: long-run trends, 2005. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. *The new palgrave dictionary of economics*. 2nd ed. London: Palgrave Macmillan, 2008.
- GUERRA, Maria de Fátima Lage. *Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Coortes, Formas de contratação e Famílias Contratantes*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2017.
- HAKIM, C. *Key issues in women's work: female heterogeneity and the polarisation of women's employment*. London, Atlantic Highlands: Athlone, 1996.
- HECKMAN, James. Effects of child-care programs on women's work effort. *Journal of Political Economy*, v. 82, n. 2, p. 136-163, 1974.
- HERSCH, Joni; STRATTON, Leslie S. Household specialization and the male marriage wage premium. *Industrial and Labor Relations Review*, 54, 78–94, 2000
- HILL, Martha S. The Wage Effects of Marital Status and Children. *Journal of Human Resources* 14(4):579-94, 1979
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cad. Pesqui.* [online]. vol.37, n.132, pp.595-609, 2007
- ITABORAÍ, Nathalie Reis. Sucesso escolar feminino, desigualdades de classe e transformações familiares no Brasil (1976-2012). Trabalho apresentado no “5º Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação: Mérito, desigualdades e diferenças: cenários de (in)justiça escolar no Brasil e em Portugal”. São Paulo, 21 a 23 de abril de 2016
- JESUS, Jordana Cristina. *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil, 2018
- KAMO, Yoshinori. Determinants of household division of labor: resources, power, and ideology. *Journal of Family Issues*, n. 9, p. 177-200, 1988.
- KELLY, Joan. *Woman, History and Theory*. Chicago. University of Chicago Press, 1984.
- KENNY, Lawrence. The Accumulation of Human Capital during Marriage by Males. *Economic Inquiry* 21(2):223-31, 1983
- KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et al. (Orgs.). *Le Monde du Travail*. Paris: La Découverte, 1998.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA et al. (Org.). *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, p.67-75, 2009.
- KILLEWALD, Alexandra; GOUGH, Margaret. Does specialization explain marriage penalties and premiums? *American Sociological Review*, 78, 477–502, 2013
- KITTERØD, Ragni Hege; LAPPEGÅRD, Trude. A typology of work-family arrangements among dual-earner couples in Norway, *Statistics Norway, Research Department.*, no 636, 2010

- KORENMAN, Sanders; NEUMARK, David. Marriage, motherhood, and wages. *Journal of Human Resources*, 27, 233–255, 1992
- KORENMAN, Sanders; NEUMARK, David. 1991. Does Marriage Really Make Men More Productive? *Journal of Human Resources* 26(2):282-307, 1991
- LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. *Revista de Ciências Sociais* 40 (1), Rio de Janeiro, 1997.
- Macedo, C. V. Diferenciação ocupacional e salarial do operariado feminino. “Vis-a-Vis” o masculino na indústria brasileira. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985
- MADERS, Angelita Maria.; ANGELIN, Rosângela. Os movimentos feministas e de mulheres e o combate aos conflitos de gênero no Brasil. *Prisma Jurídico*, v. 11, n.1, p. 13-31, 2012.
- MARRI, Izabel; WAJNMAN, Simone. Esposas como principais provedoras de renda familiar. *Revista Brasileira de Estudos de População São Paulo*, v.24, n.1, p.19-35, jan./jun., 2007.
- MASON. K. O. Gender and Demographic Chance: What do we know? In: JONES, G. W.; DOUGLAS, R. M.; CALDWELL, J. C.; D'SOUZA, R. M. (Org.) *The Continuing Demographic Transition*, Oxford: Clarendon Press. p.158-182, 1997.
- MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Vivane Martins. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas*, Volume 21 Nº 2 Páginas 463 – 484. 2013.
- MOORE, Maureen. Wives as primary breadwinners *Perspectives on Labour and Income*, v.2, n.1, 1990.
- NERI, Marcelo; TAMM, Samantha Dart; KUME, Leandro. Em busca de incentivos para atrair o trabalhador autônomo para a Previdência Social. *Nova Economia*, Belo Horizonte_17, 363-394. 2007.
- OKIN, Susan Moller. *Women in Western Political Thought*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press. 1979.
- OIT, MPT. Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades de Trabalho, 2019. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/diversidade>>. Acesso em: 25/02/2021.
- OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Tendências contemporâneas e a família como questão. In: SEMINÁRIO SOBRE FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, Belo Horizonte: Abep, 2005.
- OPPENHEIMER, V. K.; KALMIJN, M.; LIM, N. Men's career development and marriage timing during a period of rising inequality. *Demography*, 34, 311–330. 1997
- PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) Mulher?”. In: Leila Algranti (org.) “A prática Feminista e o Conceito de Gênero”. *Textos Didáticos*, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua, 2018
- RALEY, Sara B.; MATTINGLY, Marybeth J.; BIANCHI, Suzanne M. How Dual Are Dual-Income Couples? Documenting Change From 1970 to 2001. *Journal of Marriage and Family*, 68(1), 11–28., 2006.

- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Desigualdades de gênero no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil: uma análise de idade, período e coorte *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 n. 2*, 2016
- ROBINSON, John; GODBEY, Geoffrey; *Time for life: The surprising ways Americans use their time*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1999
- ROGERS, S. J.; Amato, P. R.; *Have Changes in Gender Relations Affected Marital Quality? Social Forces*, 79(2), 731-753. 2000
- SCHIEBINGER, L. *O feminismo - mudou a ciência?*, Bauru, SP, Edusc, 2001.
- SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995
- SHELTON BA, John D. 1993a. Does marital status make a difference? *J. Fam. Issues* 14:401–20
- SORJ, Bila. *Reconciling work and family: issues and policies in Brazil*. Geneva: International Labour Office, 2004.
- SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*. Estudos Avançados, 2016
- SPITZER, Sonja; HAMMER, Bernhard. *The Division of Labour Within Households: Fractional Logit Estimates based on the Austrian Time Use Survey*. Agenta, 2017.
- SULLIVAN, Oriel; FRANCESCO, Billari; EVRIM, Altintas. *Fathers’ changing contributions to childcare and domestic work in lowest fertility countries: The effect of education*. *Journal of Family Issues*, 2014.
- SWEENEY, M. M. *Two decades of family change: The shifting economic foundations of marriage*. *American Sociological Review*, 2002.
- TEIXEIRA, Cintia. *As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado*, 2009.
- US BUREAU OF STATISTICS. *Women in Labor Force: a databook 2005*. Report 985, 2005.
- VERGÈS, Françoise. *Um Feminismo decolonial*. 2019. Tradução de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- WAJNMAN, Simone. *Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves*. Olhares femininos, mulheres brasileiras. Rio de Janeiro, 2006.
- WAJNMAN, Simone. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. E-book, 2016
- WANG, Wendy; PARKER, Kim. C.; TAYLOR, Paul. *Breadwinner moms mothers are the sole or primary provider in four-in-ten households with children—Public conflicted about the growing trend*. Washington, DC: Pew Research Center. 2013.
- WILCOX, Bradford; WOLFNGER, Nicholas H. *Men & Marriage: Debunking the Ball and Chain Myth*. Institute for Family Studies, 2017.

WINKLER Anne. E.; MCBRIDE Timothy. D.; ANDREWS Courtney. Wives who outearn their husbands: a transitory or persistent phenomenon for couples? *Demography*, v. 42, n. 3, 2005.

WINKLER, Anne E. "Earnings of husbands and wives in dual-earner families." *Monthly Labor Review*, vol. 121, no. 4, 1998.

WOODEN, Mark; HAHN, Markus. (2014) Female breadwinner families. In Wilkins, R. (Ed.) *Families, Incomes and Jobs*, v.9: Household, Income and Labour Dynamics in Australia survey. 2014

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. Apud MADERS, A.M.; ANGELIN, R. Os movimentos feministas e de mulheres e o combate aos conflitos de gênero no Brasil. *Prisma Jurídico*, v. 11, n.1, p. 13-31, 2012.

XIE, Yu; RAYMO, James M.; GOYETTE, Kimberl; THORNTON, Aarland. Economic potential and entry into marriage and cohabitation. *Demography*, 2013

Anexo 1 - Resultado do modelo Logístico multinominal – Brasil 2019

| | | | | | | | |
|--|---|---------------|------------------|----------|-----------------|-----------------------------|------------|
| Iteration 0: | log likelihood = | -10622692 | | | | | |
| Iteration 1: | log likelihood = | -8922454.4 | | | | | |
| Iteration 2: | log likelihood = | -8825942.7 | | | | | |
| Iteration 3: | log likelihood = | -8825199.3 | | | | | |
| Iteration 4: | log likelihood = | -8825199.2 | | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| Multinomial logistic regression | | Number of obs | 19,021 | | | | |
| | | LR chi2(68) = | 3594984.71 | | | | |
| | | Prob > chi2 = | 0.0000 | | | | |
| Log likelihood = -8825199.2 | | Pseudo R2 = | 0.1692 | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| Categoria | Covariáveis | Coef. | Std. Err. | z | P> z | [95% Conf. Interval] | |
| Não provedora | Categoria de referência | | | | | | |
| | Idade da mulher | 0,0334743 | 0,0001495 | 223,90 | 0,0000 | 0,0331813 | 0,0337673 |
| | Diferença de idade (idade mulher - idade cônjuge) | 0,0042524 | 0,0001426 | 29,81 | 0,0000 | 0,0039728 | 0,0045319 |
| | Raça da mulher (Branca) | | | | | | |
| | Preta | -0,2578201 | 0,0032034 | -80,48 | 0,0000 | -0,2640986 | -0,2515416 |
| | Parda | -0,1120897 | 0,0019793 | -56,63 | 0,0000 | -0,1159690 | -0,1082105 |
| | Outras | 0,5817792 | 0,0079786 | 72,92 | 0,0000 | 0,5661415 | 0,5974169 |
| Neutra | Região de residência (Norte) | | | | | | |
| | Nordeste | -0,0228307 | 0,0040273 | -5,67 | 0,0000 | -0,0307240 | -0,0149374 |
| | Sudeste | 0,3117545 | 0,0038478 | 81,02 | 0,0000 | 0,3042129 | 0,3192960 |
| | Sul | 0,3545407 | 0,0042706 | 83,02 | 0,0000 | 0,3461705 | 0,3629110 |
| | Centro-Oeste | 0,2539327 | 0,0046457 | 54,66 | 0,0000 | 0,2448272 | 0,2630381 |
| | Escolaridade da mulher (0 ou Primário incompleto) | | | | | | |
| | Primário completo | -0,4593982 | 0,0119981 | -38,29 | 0,0000 | -0,4829140 | -0,4358824 |

| | | | | | | |
|--|------------|-----------|---------|--------|------------|------------|
| 1° grau incompleto | 0,1637253 | 0,0073009 | 22,43 | 0,0000 | 0,1494158 | 0,1780347 |
| 1° grau completo | 0,0461656 | 0,0087386 | 5,28 | 0,0000 | 0,0290382 | 0,0632929 |
| 2° grau incompleto | 0,3523069 | 0,0072888 | 48,34 | 0,0000 | 0,3380211 | 0,3665928 |
| 2° grau completo | 0,4372297 | 0,0071558 | 61,10 | 0,0000 | 0,4232047 | 0,4512548 |
| 3° grau | 1,2236000 | 0,0074825 | 163,53 | 0,0000 | 1,2089350 | 1,2382660 |
| Diferença de anos de estudo (anos estudos mulher - cônjuge) | -0,0182467 | 0,0003095 | -58,95 | 0,0000 | -0,0188533 | -0,0176400 |
| Presença de pelo menos um filho (Não) | | | | | | |
| Pelo menos um filho 0-5 anos | -0,2332897 | 0,0031051 | -75,13 | 0,0000 | -0,2393757 | -0,2272037 |
| Pelo menos um filho 6-14 anos | -0,2080155 | 0,0024044 | -86,51 | 0,0000 | -0,2127281 | -0,2033030 |
| Pelo menos 1 filho com 15 anos ou mais | -0,1401846 | 0,0024821 | -56,48 | 0,0000 | -0,1450495 | -0,1353197 |
| Quartil da renda masculina (q1) | | | | | | |
| q2 | -1,6906750 | 0,0028026 | -603,24 | 0,0000 | -1,6961680 | -1,6851820 |
| q3 | -2,2697990 | 0,0031235 | -726,68 | 0,0000 | -2,2759210 | -2,2636770 |
| q4 | -2,6060690 | 0,0032491 | -802,08 | 0,0000 | -2,6124370 | -2,5997010 |
| q5 | -3,1609130 | 0,0036185 | -873,55 | 0,0000 | -3,1680050 | -3,1538210 |
| Posição da ocupação no mercado de trabalho (Empregada formal) | | | | | | |
| Empregada informal contribuinte | -0,7008823 | 0,0048489 | -144,54 | 0,0000 | -0,7103860 | -0,6913785 |
| Empregada informal não contribuinte | -0,2932285 | 0,0034914 | -83,99 | 0,0000 | -0,3000715 | -0,2863854 |
| Trabalhadora doméstica formal | -0,6512330 | 0,0047596 | -136,82 | 0,0000 | -0,6605617 | -0,6419043 |
| Trabalhadora doméstica informal contribuinte | -0,6004702 | 0,0073181 | -82,05 | 0,0000 | -0,6148135 | -0,5861270 |
| Trabalhadora doméstica informal não contribuinte | -2,0456070 | 0,0051854 | -394,49 | 0,0000 | -2,0557700 | -2,0354440 |
| Autônoma contribuinte | 0,6055189 | 0,0028418 | 213,07 | 0,0000 | 0,5999490 | 0,6110888 |
| Autônoma não contribuinte | -0,5154319 | 0,0027440 | -187,84 | 0,0000 | -0,5208100 | -0,5100538 |
| Proporção das hrs, Trabalhadas não remuneradas da mulher (pelas hrs, não remuneradas trabalhadas pelo casal) | -1,4014410 | 0,0049148 | -285,14 | 0,0000 | -1,4110740 | -1,3918080 |
| _cons | -0,1087044 | 0,0105951 | -10,26 | 0,0000 | -0,1294704 | -0,0879384 |

| | | | | | | | | |
|------------------|--|--|------------|-----------|---------|------------|------------|------------|
| Provedora | Idade da mulher | 0,0490443 | 0,0001532 | 320,04 | 0,0000 | 0,0487440 | 0,0493447 | |
| | Diferença de idade (idade mulher - idade cônjuge) | 0,0140104 | 0,0001476 | 94,95 | 0,0000 | 0,0137212 | 0,0142996 | |
| | Raça da mulher (Branca) | | | | | | | |
| | | Preta | -0,1139031 | 0,0030849 | -36,92 | 0,0000 | -0,1199494 | -0,1078569 |
| | | Parda | -0,1065888 | 0,0020241 | -52,66 | 0,0000 | -0,1105560 | -0,1026216 |
| | | Outras | 0,3518847 | 0,0090130 | 39,04 | 0,0000 | 0,3342196 | 0,3695498 |
| | Região de residência (Norte) | | | | | | | |
| | | Nordeste | -0,1920287 | 0,0039527 | -48,58 | 0,0000 | -0,1997757 | -0,1842816 |
| | | Sudeste | 0,1867103 | 0,0037650 | 49,59 | 0,0000 | 0,1793310 | 0,1940896 |
| | | Sul | 0,1839919 | 0,0042407 | 43,39 | 0,0000 | 0,1756804 | 0,1923035 |
| | | Centro-Oeste | 0,1470576 | 0,0045787 | 32,12 | 0,0000 | 0,1380835 | 0,1560316 |
| | Escolaridade da mulher (0 ou Primário incompleto) | | | | | | | |
| | | Primário completo | 0,2570489 | 0,0112320 | 22,89 | 0,0000 | 0,2350345 | 0,2790633 |
| | | 1° grau incompleto | 0,0022674 | 0,0081653 | 0,28 | 0,7810 | -0,0137364 | 0,0182711 |
| | | 1° grau completo | 0,1662075 | 0,0096674 | 17,19 | 0,0000 | 0,1472597 | 0,1851553 |
| | | 2° grau incompleto | 0,3028820 | 0,0080838 | 37,47 | 0,0000 | 0,2870379 | 0,3187260 |
| | | 2° grau completo | 0,5650161 | 0,0079016 | 71,51 | 0,0000 | 0,5495292 | 0,5805030 |
| | | 3° grau | 2,1283950 | 0,0081851 | 260,03 | 0,0000 | 2,1123530 | 2,1444380 |
| | Diferença de anos de estudo (anos estudos mulher - cônjuge) | | | | | | | |
| | | | 0,0162455 | 0,0003101 | 52,40 | 0,0000 | 0,0156378 | 0,0168532 |
| | Presença de pelo menos um filho (Não) | | | | | | | |
| | | Pelo menos um filho 0-5 anos | -0,0392756 | 0,0030256 | -12,98 | 0,0000 | -0,0452056 | -0,0333455 |
| | | Pelo menos um filho 6-14 anos | -0,1938607 | 0,0024554 | -78,95 | 0,0000 | -0,1986732 | -0,1890481 |
| | | Pelo menos 1 filho com 15 anos ou mais | -0,1730192 | 0,0025401 | -68,12 | 0,0000 | -0,1779976 | -0,1680408 |
| | Quintil da renda masculina (q1) | | | | | | | |
| | | q2 | -1,9384470 | 0,0028067 | -690,65 | 0,0000 | -1,9439480 | -1,9329460 |
| | | q3 | -2,7882350 | 0,0032055 | -869,84 | 0,0000 | -2,7945180 | -2,7819520 |
| | q4 | -3,4234220 | 0,0034092 | -1004,18 | 0,0000 | -3,4301030 | -3,4167400 | |
| | q5 | -4,5410590 | 0,0039438 | -1151,45 | 0,0000 | -4,5487880 | -4,5333290 | |

| | | | | | | |
|--|------------|-----------|---------|--------|------------|------------|
| Posição da ocupação no mercado de trabalho (Empregada formal) | | | | | | |
| Empregada informal contribuinte | -0,4440521 | 0,0039377 | -112,77 | 0,0000 | -0,4517698 | -0,4363343 |
| Empregada informal não contribuinte | -1,2406610 | 0,0041705 | -297,49 | 0,0000 | -1,2488350 | -1,2324870 |
| Trabalhadora doméstica formal | -0,6830858 | 0,0046702 | -146,27 | 0,0000 | -0,6922392 | -0,6739324 |
| Trabalhadora doméstica informal contribuinte | -0,9020514 | 0,0078486 | -114,93 | 0,0000 | -0,9174343 | -0,8866686 |
| Trabalhadora doméstica informal não contribuinte | -1,9263080 | 0,0045838 | -420,24 | 0,0000 | -1,9352920 | -1,9173240 |
| Autônoma contribuinte | -0,4414911 | 0,0036631 | -120,52 | 0,0000 | -0,4486705 | -0,4343116 |
| Autônoma não contribuinte | -1,7094860 | 0,0035034 | -487,95 | 0,0000 | -1,7163530 | -1,7026200 |
| Proporção das hrs. Trabalhadas não remuneradas da mulher (pelas hrs. não remuneradas trabalhadas pelo casal) | | | | | | |
| _cons | -0,0209060 | 0,0111754 | -1,870 | 0,0610 | -0,0428093 | 0,0009973 |

Anexo 2 - Resultado do risco relativo modelo Logístico multinomial - RR- Brasil 2019

| | | | | | | | |
|--|--|---------------|------------------|----------|-----------------|-----------------------------|----------|
| Iteration 0: | log likelihood = | -10622692 | | | | | |
| Iteration 1: | log likelihood = | -8922454.4 | | | | | |
| Iteration 2: | log likelihood = | -8825942.7 | | | | | |
| Iteration 3: | log likelihood = | -8825199.3 | | | | | |
| Iteration 4: | log likelihood = | -8825199.2 | | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| Multinomial logistic regression | | Number of obs | 19,021 | | | | |
| | | LR chi2(68) = | 3594984.71 | | | | |
| | | Prob > chi2 = | 0.0000 | | | | |
| Log likelihood = -8825199.2 | | Pseudo R2 = | 0.1692 | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| Categoria | Covariáveis | RR | Std. Err. | z | P> z | [95% Conf. Interval] | |
| Não provedora | Categoria de referência | | | | | | |
| | Idade da mulher | 1,034041 | 0,000155 | 223,90 | 0,0000 | 1,0337380 | 1,034344 |
| | Diferença de idade (idade mulher - idade cônjuge) | 1,004261 | 0,000143 | 29,81 | 0,0000 | 1,0039810 | 1,004542 |
| | Raça da mulher (Branca) | | | | | | |
| | Preta | 0,7727342 | 0,002475 | -80,48 | 0,0000 | 0,7678978 | 0,777601 |
| | Parda | 0,893964 | 0,001769 | -56,63 | 0,0000 | 0,8905028 | 0,897439 |
| | Outras | 1,789219 | 0,014275 | 72,92 | 0,0000 | 1,7614570 | 1,817418 |
| Neutra | Região de residência (Norte) | | | | | | |
| | Nordeste | 0,9774279 | 0,003936 | -5,67 | 0,0000 | 0,9697431 | 0,985174 |
| | Sudeste | 1,365819 | 0,005255 | 81,02 | 0,0000 | 1,3555580 | 1,376159 |
| | Sul | 1,425526 | 0,006088 | 83,02 | 0,0000 | 1,4136440 | 1,437508 |
| | Centro-Oeste | 1,289085 | 0,005989 | 54,66 | 0,0000 | 1,2774010 | 1,300876 |
| | Escolaridade da mulher (0 ou Primário incompleto) | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|-----------|----------|---------|--------|-----------|----------|
| Primário completo | 0,6316637 | 0,007579 | -38,29 | 0,0000 | 0,6169829 | 0,646694 |
| 1° grau incompleto | 1,177891 | 0,008600 | 22,43 | 0,0000 | 1,1611560 | 1,194867 |
| 1° grau completo | 1,047248 | 0,009152 | 5,28 | 0,0000 | 1,0294640 | 1,065339 |
| 2° grau incompleto | 1,422345 | 0,010367 | 48,34 | 0,0000 | 1,4021700 | 1,442810 |
| 2° grau completo | 1,548412 | 0,011080 | 61,10 | 0,0000 | 1,5268470 | 1,570281 |
| 3° grau | 3,399405 | 0,025436 | 163,53 | 0,0000 | 3,3499140 | 3,449626 |
| Diferença de anos de estudo (anos estudos mulher - cônjuge) | 0,9819188 | 0,000304 | -58,95 | 0,0000 | 0,9813233 | 0,982515 |
| Presença de pelo menos um filho (Não) | | | | | | |
| Pelo menos um filho 0-5 anos | 0,7919241 | 0,002459 | -75,13 | 0,0000 | 0,7871191 | 0,796758 |
| Pelo menos um filho 6-14 anos | 0,8121944 | 0,001953 | -86,51 | 0,0000 | 0,8083759 | 0,816031 |
| Pelo menos 1 filho com 15 anos ou mais | 0,8691978 | 0,002158 | -56,48 | 0,0000 | 0,8649795 | 0,873437 |
| Quartil da renda masculina (q1) | | | | | | |
| q2 | 0,1843949 | 0,000517 | -603,24 | 0,0000 | 0,1833848 | 0,185411 |
| q3 | 0,1033329 | 0,000323 | -726,68 | 0,0000 | 0,1027023 | 0,103968 |
| q4 | 0,0738242 | 0,000240 | -802,08 | 0,0000 | 0,0733555 | 0,074296 |
| q5 | 0,042387 | 0,000153 | -873,55 | 0,0000 | 0,0420875 | 0,042689 |
| Posição da ocupação no mercado de trabalho (Empregada formal) | | | | | | |
| Empregada informal contribuinte | 0,4961474 | 0,002406 | -144,54 | 0,0000 | 0,4914545 | 0,500885 |
| Empregada informal não contribuinte | 0,7458517 | 0,002604 | -83,99 | 0,0000 | 0,7407653 | 0,750973 |
| Trabalhadora doméstica formal | 0,5214025 | 0,002482 | -136,82 | 0,0000 | 0,5165611 | 0,526289 |
| Trabalhadora doméstica informal contribuinte | 0,5485536 | 0,004014 | -82,05 | 0,0000 | 0,5407417 | 0,556478 |
| Trabalhadora doméstica informal não contribuinte | 0,1293017 | 0,000671 | -394,49 | 0,0000 | 0,1279942 | 0,130623 |
| Autônoma contribuinte | 1,832203 | 0,005207 | 213,07 | 0,0000 | 1,8220260 | 1,842436 |
| Autônoma não contribuinte | 0,5972426 | 0,001639 | -187,84 | 0,0000 | 0,5940392 | 0,600463 |
| Proporção das hrs, Trabalhadas não remuneradas da mulher (pelas hrs, não remuneradas trabalhadas pelo casal) | 0,2462418 | 0,001210 | -285,14 | 0,0000 | 0,2438811 | 0,248625 |
| _cons | 0,8969955 | 0,009504 | -10,26 | 0,0000 | 0,8785606 | 0,915817 |

| | | | | | | | |
|--|---|-----------|----------|----------|--------|-----------|----------|
| | Idade da mulher | 1,050267 | 0,000161 | 320,04 | 0,0000 | 1,0499510 | 1,050582 |
| | Diferença de idade (idade mulher - idade cônjuge) | 1,014109 | 0,000150 | 94,95 | 0,0000 | 1,0138160 | 1,014402 |
| | Raça da mulher (Branca) | | | | | | |
| | Preta | 0,8923444 | 0,002753 | -36,92 | 0,0000 | 0,8869654 | 0,897756 |
| | Parda | 0,8988952 | 0,001820 | -52,66 | 0,0000 | 0,8953362 | 0,902468 |
| | Outras | 1,421745 | 0,012814 | 39,04 | 0,0000 | 1,3968500 | 1,447083 |
| | Região de residência (Norte) | | | | | | |
| | Nordeste | 0,8252832 | 0,003262 | -48,58 | 0,0000 | 0,8189144 | 0,831702 |
| | Sudeste | 1,205278 | 0,004538 | 49,59 | 0,0000 | 1,1964170 | 1,214205 |
| | Sul | 1,202006 | 0,005097 | 43,39 | 0,0000 | 1,1920570 | 1,212038 |
| | Centro-Oeste | 1,158421 | 0,005304 | 32,12 | 0,0000 | 1,1480710 | 1,168863 |
| | Escolaridade da mulher (0 ou Primário incompleto) | | | | | | |
| | Primário completo | 1,293108 | 0,014524 | 22,89 | 0,0000 | 1,2649520 | 1,321891 |
| | 1° grau incompleto | 1,00227 | 0,008184 | 0,28 | 0,7810 | 0,9863575 | 1,018439 |
| | 1° grau completo | 1,180818 | 0,011416 | 17,19 | 0,0000 | 1,1586550 | 1,203405 |
| | 2° grau incompleto | 1,353755 | 0,010944 | 37,47 | 0,0000 | 1,3324750 | 1,375374 |
| | 2° grau completo | 1,759476 | 0,013903 | 71,51 | 0,0000 | 1,7324370 | 1,786937 |
| | 3° grau | 8,401373 | 0,068766 | 260,03 | 0,0000 | 8,2676700 | 8,537238 |
| | Diferença de anos de estudo (anos estudos mulher - cônjuge) | | | | | | |
| | | 1,016378 | 0,000315 | 52,40 | 0,0000 | 1,0157610 | 1,016996 |
| | Presença de pelo menos um filho (Não) | | | | | | |
| | Pelo menos um filho 0-5 anos | 0,9614857 | 0,002909 | -12,98 | 0,0000 | 0,9558009 | 0,967204 |
| | Pelo menos um filho 6-14 anos | 0,8237727 | 0,002023 | -78,95 | 0,0000 | 0,8198177 | 0,827747 |
| | Pelo menos 1 filho com 15 anos ou mais | 0,8411215 | 0,002137 | -68,12 | 0,0000 | 0,8369444 | 0,845319 |
| | Quintil da renda masculina (q1) | | | | | | |
| | q2 | 0,1439274 | 0,000404 | -690,65 | 0,0000 | 0,1431378 | 0,144721 |
| | q3 | 0,0615297 | 0,000197 | -869,84 | 0,0000 | 0,0611444 | 0,061918 |
| | q4 | 0,0326007 | 0,000111 | -1004,18 | 0,0000 | 0,0323836 | 0,032819 |

Provedora

| | | | | | | |
|--|-----------|----------|----------|--------|-----------|----------|
| q5 | 0,0106621 | 0,000042 | -1151,45 | 0,0000 | 0,0105800 | 0,010745 |
| Posição da ocupação no mercado de trabalho (Empregada formal) | | | | | | |
| Empregada informal contribuinte | 0,641432 | 0,002526 | -112,77 | 0,0000 | 0,6365007 | 0,646402 |
| Empregada informal não contribuinte | 0,2891931 | 0,001206 | -297,49 | 0,0000 | 0,2868389 | 0,291567 |
| Trabalhadora doméstica formal | 0,5050561 | 0,002359 | -146,27 | 0,0000 | 0,5004542 | 0,509700 |
| Trabalhadora doméstica informal contribuinte | 0,4057365 | 0,003184 | -114,93 | 0,0000 | 0,3995428 | 0,412026 |
| Trabalhadora doméstica informal não contribuinte | 0,1456851 | 0,000668 | -420,24 | 0,0000 | 0,1443821 | 0,147000 |
| Autônoma contribuinte | 0,6430768 | 0,002356 | -120,52 | 0,0000 | 0,6384764 | 0,647710 |
| Autônoma não contribuinte | 0,1809588 | 0,000634 | -487,95 | 0,0000 | 0,1797205 | 0,182206 |
| Proporção das hrs. Trabalhadas não remuneradas da mulher (pelas hrs. não remuneradas trabalhadas pelo casal) | | | | | | |
| _cons | 0,979311 | 0,010944 | -1,87 | 0,0610 | 0,9580941 | 1,000998 |